



5

Ensino Superior

Níveis 5 a 8 do QNQ

O Ensino Superior em Portugal tem vindo a evoluir a um ritmo acelerado desde 2005. A mudança tomou forma a partir de alterações estruturais na legislação que enquadra a actuação das instituições de ensino superior, incluindo as alterações introduzidas na Lei de Bases do Sistema Educativo, por força da adequação ao Processo de Bolonha (2005), a que se sucedeu a regulamentação de graus e diplomas (2006), a publicação do novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (2007) e as reformulações dos estatutos das carreiras de professores dos ensinos universitário e politécnico (2009).

O novo enquadramento jurídico do ensino superior encontra-se em fase de consolidação, quer com a

entrada em pleno funcionamento dos novos órgãos de governo das instituições públicas, quer por força da aplicação do sistema de avaliação da qualidade e acreditação a todas as instituições e aos seus ciclos de estudos. As transformações efectuadas inserem-se no processo de construção do espaço europeu de ensino superior, o qual deverá constituir um importante factor de desenvolvimento económico e de coesão social da Europa, tendo em conta os objectivos da estratégia 2020.

No ano de 2010, a situação do ensino superior público é também marcada pela celebração de um Contrato de Confiança entre o Governo e as instituições do sector, no qual ambas as partes se comprometem a dar o seu contributo na realização



do Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior para 2010-2014. O compromisso assumido prevê a qualificação de mais 100 mil activos ao longo dos próximos quatro anos, o que constituirá um impulso decisivo para a abertura do ensino superior a novos públicos e, consequentemente, um contributo importante para a renovação de competências de profissionais qualificados.

Alcançar a meta prevista na estratégia europeia EU2020 de 40% de diplomados do ensino superior no grupo etário dos 30-34 anos apresenta-se ainda como um enorme desafio ao sistema de ensino superior português, tendo em conta a situação de partida. Se é certo que o número de pessoas desta faixa etária habilitadas com ensino superior cresceu

de 11% em 2000 para 23% em 2010, também não podem ser iludidas as dificuldades acrescidas que a actual conjuntura recessiva do País irá colocar ao aumento de estudantes inscritos e, por consequência, à concretização do plano de evolução gizado para o sector do ensino superior público.

5.1. Ensino Pós-secundário: Cursos de Especialização Tecnológica – CET

Os cursos de especialização tecnológica (CET) são formações pós-secundárias, conferentes de qualificação profissional de nível 5, de acordo com o Quadro Nacional de Qualificações (QNQ), que visam o aprofundamento de conhecimentos científicos e tecnológicos numa determinada área de formação. Estes cursos são ministrados em instituições de ensino superior e em instituições de formação de natureza diversa, designadamente, escolas tecnológicas, escolas secundárias e profissionais, centros e instituições de formação profissional, com tutela dos ministérios da Economia, da Educação, e do Trabalho.

O plano de formação de um CET desenvolve-se em três componentes: formação geral e científica, formação tecnológica e formação em contexto de trabalho. A sua duração é de aproximadamente um ano (entre 1 200 e 1 560 horas), com um número de créditos ECTS compreendido entre 60 e 90, e corresponde a uma formação técnica de alto nível, que integra conhecimentos e competências de nível superior. A conclusão de um CET é certificada através da atribuição de um diploma de especialização tecnológica que permite o acesso ao ensino superior e a creditação da formação realizada no âmbito do curso superior escolhido.

Criados em 1995, com o objectivo de proporcionar a formação especializada de quadros intermédios no contexto das formações pós-secundárias profissionalizantes, necessárias à requalificação do mercado de trabalho, os CET têm vindo a adquirir uma expressão crescente na oferta formativa das instituições de ensino superior, em particular no ensino politécnico, constituindo um dos vectores estratégicos a desenvolver.

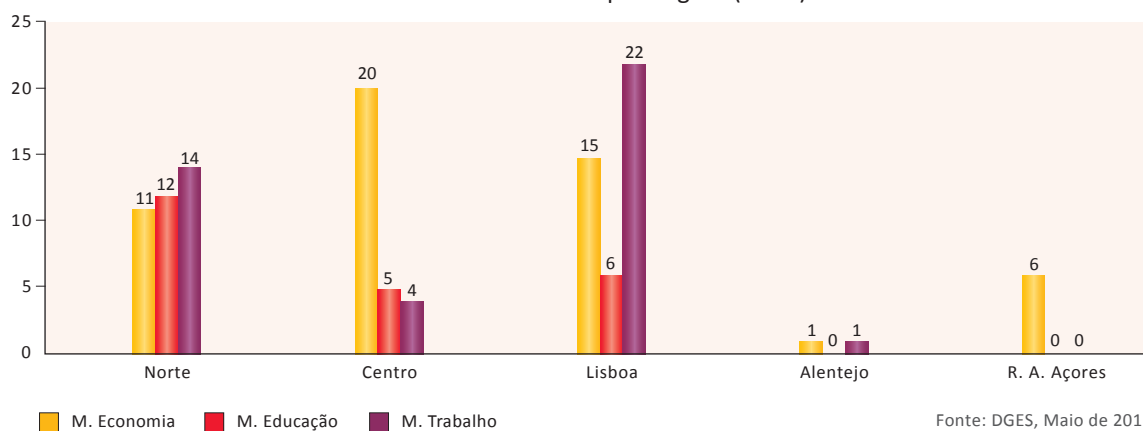
No plano administrativo, cabe à Direcção-Geral do Ensino Superior centralizar o registo de todos os cursos de especialização tecnológica existentes no país.

CET em instituições de formação de nível secundário

Os cursos de especialização tecnológica que funcionam em instituições de formação de nível secundário encontram-se sob a tutela dos ministérios da Economia, do Trabalho e da Educação e, apesar da sua pouca expressão, encontram-se representados nas várias regiões do País, à excepção da Região Autónoma da Madeira (Figura 5.1.1.). A área de engenharia, indústrias transformadoras e construção concentra 43% da oferta existente (Figura 5.1.2.).

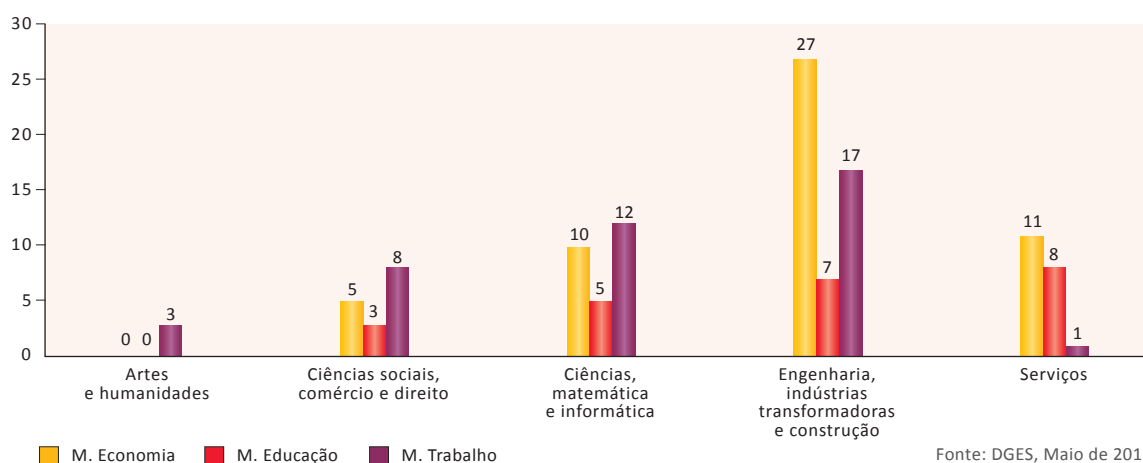
De acordo com dados do Relatório de Execução do POPH de 2009 (Figura 5.1.3.), o número total de formandos a frequentar CET em instituições de formação elevou-se a 2978, dos quais mais de 1500 iniciaram nesse ano o seu percurso formativo e cerca de 500 concluíram a formação, embora apenas 170 tenham obtido aprovação. A taxa de feminidade é de cerca de 36%, verificando-se a predominância de formandos na faixa etária dos 20-24 anos. É nas áreas de estudo de engenharia e técnicas afins, ciências empresariais, e informática que se concentram 62% dos formandos.

Figura 5.1.1. CET em instituições de formação de nível secundário
– Tutela dos cursos por região (2011)



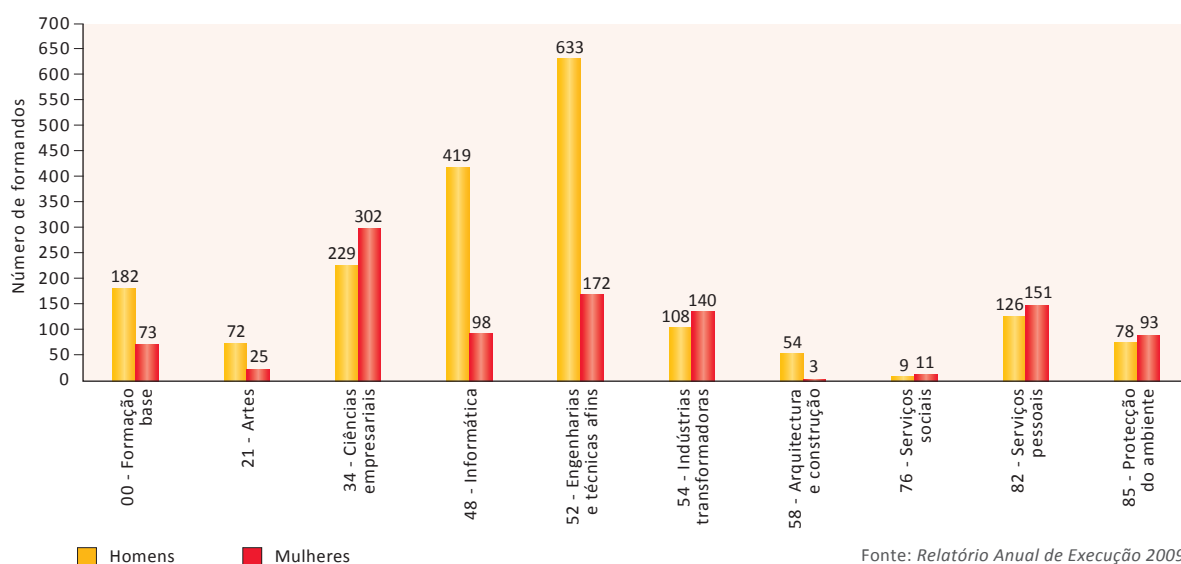
Fonte: DGES, Maio de 2011

Figura 5.1.2. CET em instituições de formação de nível secundário
– Áreas de Educação e Formação e Tutela (2011)



Fonte: DGES, Maio de 2011

Figura 5.1.3. CET em instituições de formação de nível secundário
– Formandos por áreas de estudo (2009)



Fonte: Relatório Anual de Execução 2009.
POPH - Programa Operacional Potencial Humano, 2010.

CET em instituições de ensino superior

No ensino superior, a oferta de CET regista um crescimento muito significativo a partir de 2004, em particular no ensino público politécnico. Dos 420 cursos registados em 2010, 70% são da iniciativa do ensino politécnico e são frequentados por mais de 80% do total de alunos inscritos neste tipo de formação. Mais de 45% dos estudantes frequentam as áreas de “Ciências e Engenharias”(Figura 5.1.4.), sendo a taxa de feminidade de 34,2% no conjunto de alunos que frequentam CET.

Em geral, os cursos de especialização tecnológica no ensino superior funcionam em regime pós-laboral e têm a duração de dois a quatro semestres. As propinas são variáveis de instituição para instituição, podendo o seu valor ir de cerca de 500€ a 2000€ para a totalidade do curso. Os estudantes podem usufruir do Estatuto de Trabalhador Estudante e candidatar-se a apoios de Acção Social. Uma vez

concluído o CET, podem prosseguir estudos no ensino superior em cursos previamente designados pelas respectivas instituições, não necessitando de realizar quaisquer provas específicas. A concessão de equivalência da formação obtida a unidades curriculares da licenciatura onde os estudantes pretendam ingressar encontra-se igualmente prevista.

O reforço da oferta de formação pós-secundária no ensino superior politécnico é um dos objectivos que integra o Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior para 2010-2014, com uma previsão de crescimento de 34% até ao final daquele período.

Tabela 5.1.1. CET registados em instituições do ensino superior (2010)

Ensino Superior		CET registados
Público	Universitário	42
	Politécnico	255
	sub-total	297
Privado	Universitário	85
	Politécnico	38
	sub-total	123
Total		420

Fonte: DGES, Setembro 2011

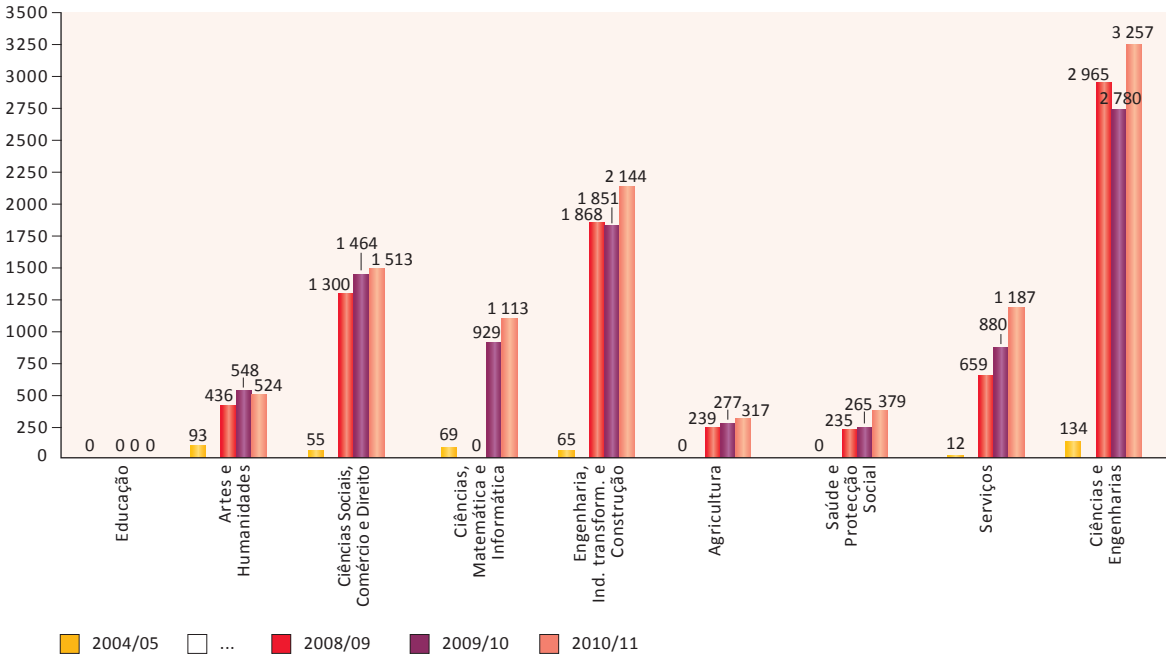
Tabela 5.1.2. Inscritos em CET por subsistema de ensino superior

Ensino Superior		Inscritos				
		2004/05	...	2008/09	2009/10	2010/11
Público		277		5 149	5 244	6 054
Universitário	a)	217		223	438	527
Politécnico	b)	60		4 926	4 806	5 527
Privado		17		683	970	1 123
Universitário	a)	0		590	773	884
Politécnico	b)	17		93	197	239
Total		294		5 832	6 214	7 177

Notas: a) Inclui instituições não integradas em universidades.
b) Inclui instituições não integradas em institutos
politécnicos e unidades orgânicas de ensino politécnico
integradas em universidades.

Fonte: Vagas, inscritos e diplomados no ensino superior.
GPEARI, 2011

Figura 5.1.4. Inscritos em CET (em estabelecimentos de ensino superior) por área de educação e formação



Notas: a) Inclui instituições não integradas em universidades.
b) Inclui instituições não integradas em institutos
politécnicos e unidades orgânicas de ensino politécnico
integradas em universidades.

Fonte: Vagas, inscritos e diplomados no ensino superior.
GPEARI, 2011

Quanto aos diplomados com CET (Tabela 5.1.3.) verifica-se um crescimento de cerca de 31% no ano lectivo 2009-2010 relativamente ao ano anterior, tendo crescido igualmente a percentagem de diplomados do sexo feminino: 34% em 2008-09 e 37,7% em 2009-10 (Figura 5.1.6.). Desconhece-se, porém, o valor das taxas de conclusão alcançadas. Dos diplomados em 2009-2010, 43,8% obteve o diploma nas áreas de Ciências e Engenharias (Figura 5.1.5.).

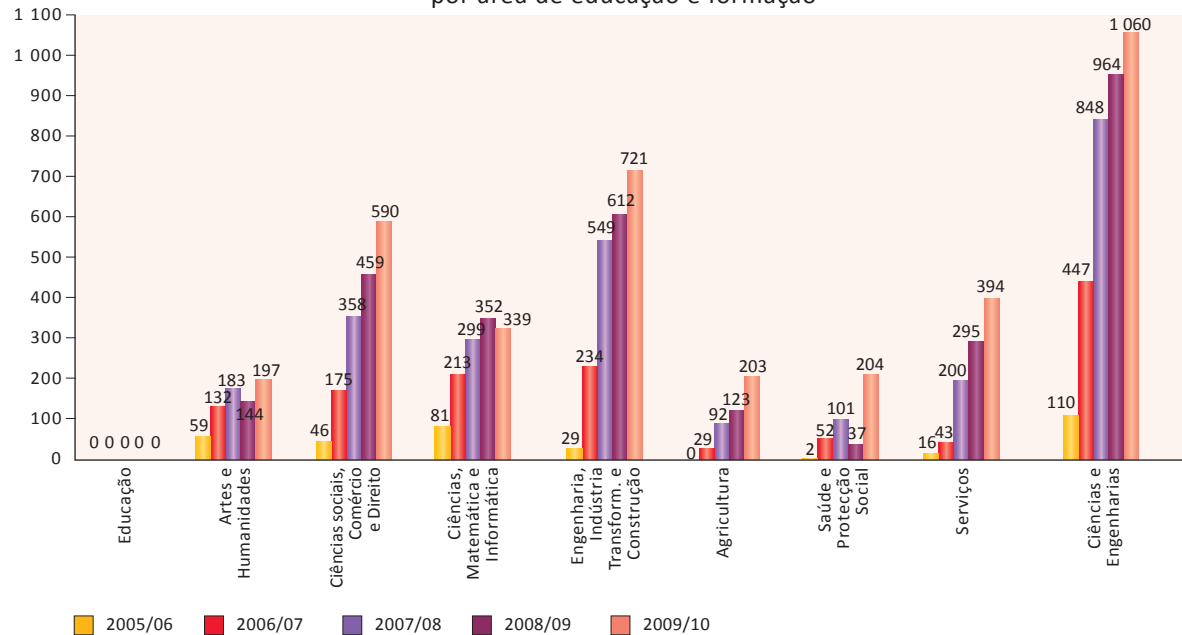
Tabela 5.1.3. Diplomados em CET por subsistema de ensino superior

Ensino Superior		Diplomados				
		2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10
Público		151	713	1 564	1 774	2 074
Universitário	a)	101	90	11	61	103
Politécnico	b)	50	623	1 553	1 713	1 971
Privado		82	165	218	248	574
Universitário	a)	72	151	198	197	495
Politécnico	b)	10	14	20	51	79
Total		233	878	1 782	2 022	2 648

Notas: a) Inclui instituições não integradas em universidades.
b) Inclui instituições não integradas em institutos politécnicos e unidades orgânicas de ensino politécnico integradas em universidades.

Fonte: Vagas, inscritos e diplomados no ensino superior. GPEARl, 2011

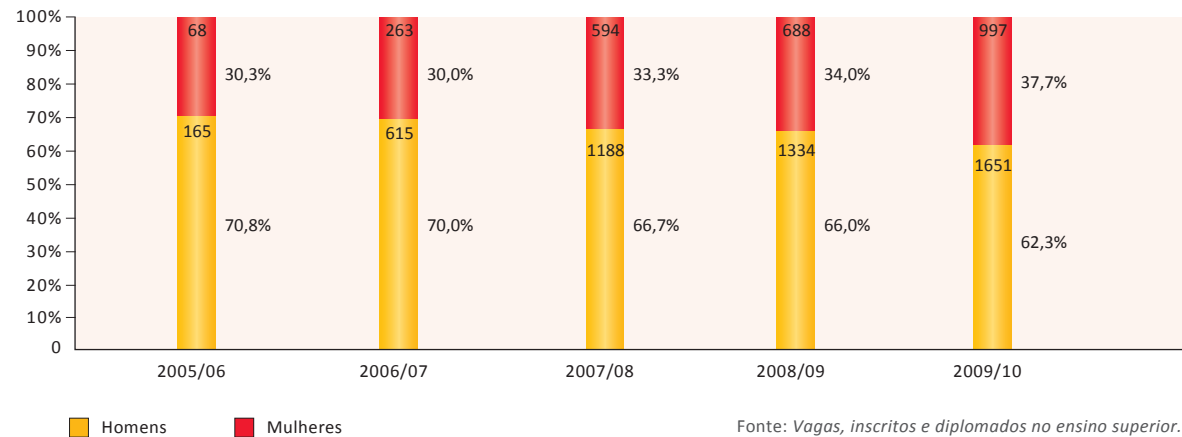
Figura 5.1.5. Diplomados em CET (em estabelecimentos de ensino superior), por área de educação e formação



Nota: "Ciências e Engenharias" corresponde aos grupos 400 – "Ciências, matemática e informática" e 500 – "Engenharia, indústrias transformadoras e construção" da CNAEF (Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação).

Fonte: Vagas, inscritos e diplomados no ensino superior. GPEARl, 2011

Figura 5.1.6. Diplomados em CET, por sexo



Fonte: Vagas, inscritos e diplomados no ensino superior. GPEARl, 2011

5.2. Rede escolar e oferta educativa

Rede escolar

A rede de instituições do ensino superior público e privado encontra-se disseminada em todo o território nacional, com representação em todos os distritos do País, particularmente concentrada em Aveiro, Braga, Coimbra, Lisboa e Porto. Cerca de 50% do total das instituições com esta oferta de formação está concentrada nos distritos de Lisboa e Porto, onde o ensino superior privado representa 39% da oferta disponível. No seu conjunto, as instituições existentes (143) oferecem um número muito elevado de cursos, distribuídos pelos diferentes ciclos de estudos (licenciatura, mestrado e doutoramento) e áreas de educação e formação.

A dispersão, quer de instituições, quer de formações oferecidas, e as suas consequências em termos de optimização de recursos e de qualidade de formação, constitui uma problemática que esteve presente na reflexão produzida sobre o ensino superior, no Conselho Nacional de Educação, em 2010. O processo de acreditação dos ciclos de

estudos em funcionamento realizado pela Agência de Acreditação do Ensino Superior (A3ES) tem suscitado por parte das instituições a reorganização da sua oferta, ao mesmo tempo que foram incrementadas as associações entre instituições para a realização de formações específicas dando, assim, desenvolvimento ao processo de cooperação interinstitucional para a constituição de consórcios.

As tabelas 5.2.1. e 5.2.2. apresentam a distribuição das instituições existentes pelos sectores público e privado e por subsistema de ensino, bem como a respectiva distribuição por distritos, omitindo a referência às respectivas unidades orgânicas. O sector público inclui as instituições de ensino superior militar e policial; a Universidade Católica Portuguesa é considerada dentro do sector privado e engloba quatro centros regionais (Braga, Porto, Beiras e Lisboa), tendo sido contabilizada apenas uma vez.

Tabela 5.2.1. Rede de Instituições de Ensino Superior

Instituições de Ensino Superior	Ensino Universitário	Ensino Politécnico	Total
Público	15	26	46
Militar e Policial	4	1	
Privado	38	58	97
Concordatário	1		
Total			143

Fonte: *Guias do Ensino Superior* n.º 80 e n.º 81.
DGES, Fevereiro de 2011

Tabela 5.2.2. Instituições de Ensino Superior por distrito e região autónoma

Distrito	Ensino Público		Ensino Privado		Total
	Universitário	Politécnico	Universitário	Politécnico	
Aveiro	1	1	-	6	8
Beja	-	1	-	-	1
Braga	1	1	1+C	4	7+C
Bragança	-	1	2	1	4
Castelo Branco	1	1	-	-	2
Coimbra	1	2	4	-	7
Évora	1	1	-	-	2
Faro	1	1	2	1	5
Guarda	-	1	-	-	1
Leiria	-	1	1	1	3
Lisboa	5 + 3MP	4 + 1MP	11+1C	20	40 +1C + 4MP
Portalegre	-	1	-	-	1
Porto	1	2	11+C	17	31+C
Santarém	-	2	1	1	4
Setúbal	1MP	1	2	2	5 + 1MP
Viana do Castelo	-	1	2	1	4
Vila Real	1	1	-	1	3
Viseu	-	1	1+C	1	3+C
R. A. Açores	1	1	-	-	2
R. A. Madeira	1	1	-	2	4
Total	15 + 4MP	26 + 1MP	38 + 1C	58	143

Nota: C - Universidade Católica Portuguesa e respectivos centros regionais;
MP - Ensino Superior Militar e Policial.

Fonte: *Guias do Ensino Superior* n.º 80 e n.º 81.
DGES, Fevereiro de 2011

Oferta educativa

No que respeita às áreas de estudo no seu conjunto, os cursos existentes na área de Ciências Sociais, Comércio e Direito cobrem mais de 25% da oferta (1031 cursos), sendo as Ciências Empresariais que apresentam maior expressão (46% no conjunto da área), seguindo-se a área de Artes e Humanidades (599 cursos); a área da Agricultura representa apenas 2% da oferta educativa total.

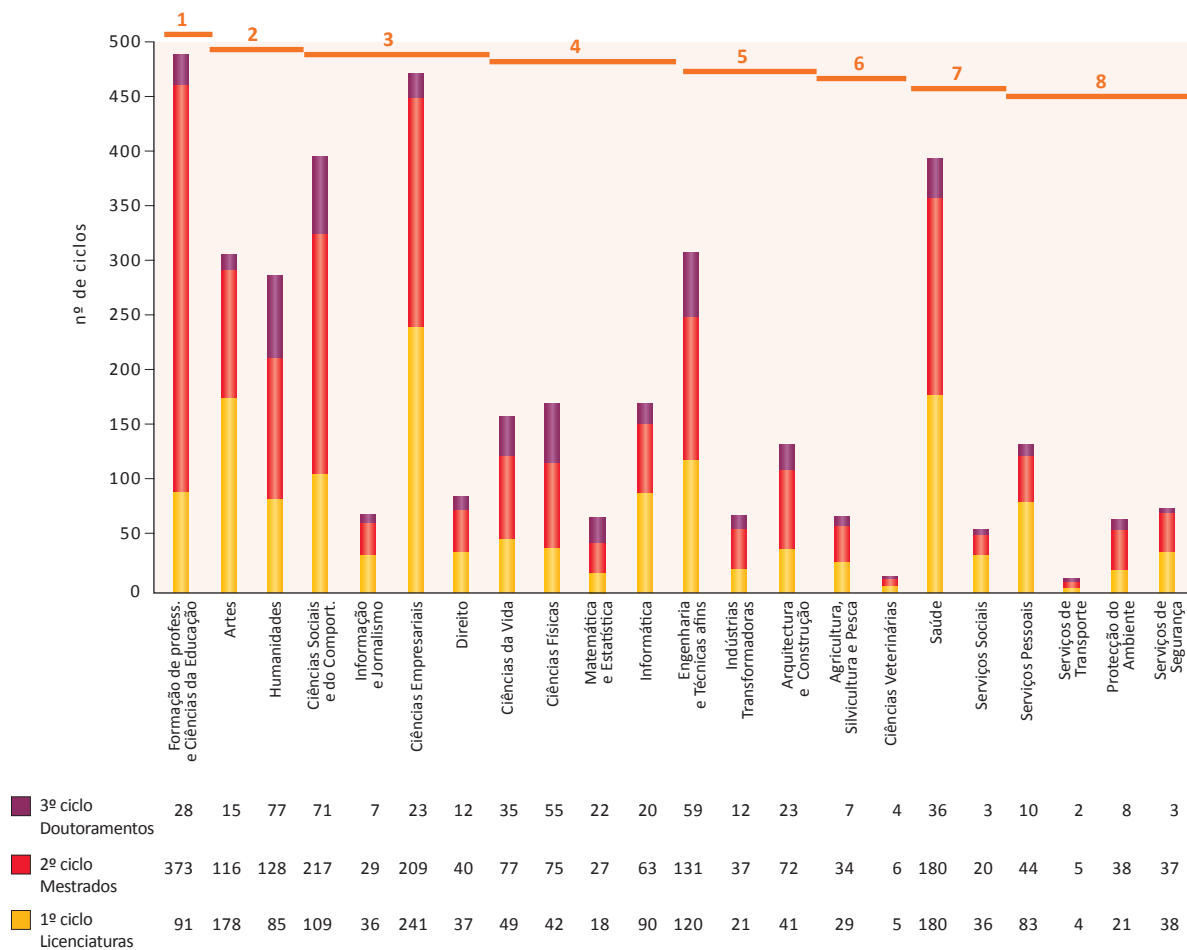
Na distribuição dos cursos por grau de formação, verifica-se que 48,4% dos cursos são de mestrado (2º ciclo), 38,4% de licenciatura (1º ciclo) e 13,2% de doutoramento (3º ciclo). Esta distribuição reflecte o peso dos cursos de mestrado de Formação de Professores e Ciências da Educação (373), que representam 75,8% da oferta total existente nesta área, contra 18,5% e 5,7%, respectivamente, nos graus de licenciatura e doutoramento. No total de cursos de mestrado e de licenciatura, a formação

de professores atinge 19% da oferta existente de 2º ciclo e apenas 5,9% no conjunto dos cursos de 1º ciclo. Estes dados justificam-se pelo facto de a habilitação profissional para docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário ter passado a ser conferida através da titularidade do grau de mestre em domínios de especialidade definidos.

Nos cursos de 3º ciclo conducentes ao grau de doutor (532 cursos), são as áreas de estudo das Humanidades, das Ciências Sociais, das Ciências Físicas e das Engenharias que cobrem perto de 50% (262 cursos) da oferta existente.

Na Figura 5.2.1. pode-se observar a repartição de cursos existentes por áreas de estudo e graus de formação, num total de 4044 cursos, em 2009/10.

Figura 5.2.1. Cursos existentes por áreas de estudo e graus de formação (2009/10)



Notas: (1) Educação — 492 cursos
(2) Artes e Humanidades — 599 cursos
(3) Ciências Sociais, Comércio e Direito — 1 031 cursos
(4) Ciências, Matemática e Informática — 573 cursos
(5) Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção — 516 cursos
(6) Agricultura — 85 cursos
(7) Saúde e Protecção Social — 455 cursos
(8) Serviços — 293 cursos

Fonte: A3ES, Abril 2011

Processo de acreditação de cursos

Com a entrada em funcionamento da Agência de Acreditação do Ensino Superior (A3ES), em 2009, foi dado início ao processo de avaliação e acreditação das instituições e dos seus ciclos de estudos, no âmbito dos procedimentos relativos à garantia da qualidade do ensino superior, previstos no Decreto-Lei n.º 369/2007, de 5 de Novembro.

Numa primeira fase, a Agência procedeu à análise dos pedidos de acreditação de ciclos de estudos em funcionamento, cujos processos lhe foram submetidos pelas instituições de ensino superior. Dos 4379 ciclos de estudos inicialmente apresentados para acreditação preliminar, foram encerrados 335 cursos, por iniciativa das próprias instituições de ensino superior, tendo obtido decisão favorável à sua acreditação preliminar 3623 ciclos de estudos em funcionamento. Encontravam-se, ainda, em fase de acreditação preliminar 421 cursos, cujos processos se previa ficarem concluídos em Julho de 2011. Simultaneamente, realizou-se a acreditação prévia de novos ciclos de estudos para início de funcionamento em 2010/2011, tendo sido acreditados 201 novos cursos.

A partir do ano lectivo 2011/2012, os ciclos de estudos que obtiveram acreditação preliminar serão objecto de um processo formal de avaliação/acreditação por uma Comissão de Avaliação Externa. A Agência prevê um período de cinco anos para realizar a acreditação de todos os cursos.

No conjunto dos novos cursos acreditados previamente, 70% correspondem ao ciclo de estudos de mestrado, sendo as áreas de ciências sociais, comércio e direito, artes e humanidades e saúde e protecção social que se encontram mais representadas (Tabela 5.2.4.).

A Figura 5.2.2. apresenta uma diminuição de 755 cursos, entre 2009/10 e 2010/11, em virtude da reorganização da oferta educativa decorrente do processo de acreditação.

Formação de consórcios

A associação de instituições de ensino superior para oferta de cursos de mestrado e doutoramento em áreas específicas tem vindo a desenvolver-se, quer de universidades e de institutos politécnicos entre si, ou de universidades com institutos politécnicos, no sector público, quer mesmo entre instituições públicas e privadas (Tabela 5.2.6.).

A preocupação com a optimização dos recursos existentes no ensino superior e a criação de maior massa crítica entre diferentes instituições, no sentido de aumentar a formação de activos e de alargar a formação pós-graduada de recursos humanos altamente qualificados, começam a definir os contornos de uma estratégia conjugada para a reorganização e diferenciação da rede de ensino superior.

Tabela 5.2.3. Cursos com acreditação preliminar por subsistema e natureza institucional

Natureza Institucional	Ensino Universitário	Ensino Politécnico
Público	2 059	808
Militar e Policial	29	
Privado	365	233
Concordatário	129	
Total	3 623	

Fonte: A3ES, Abril 2011

Tabela 5.2.4. Processo de acreditação de cursos

Ciclo de Estudo	Cursos com autorização de funcionamento (1+3)	Cursos com acreditação preliminar (1)	Cursos em processo de acreditação (2)	Novos cursos acreditados previamente em 2010/11 (3)
Licenciatura	1 575	1 344	210	21
Mestrado	2 099	1 806	152	141
Doutoramento	571	473	59	39
Total	4 245	3 623	421	201

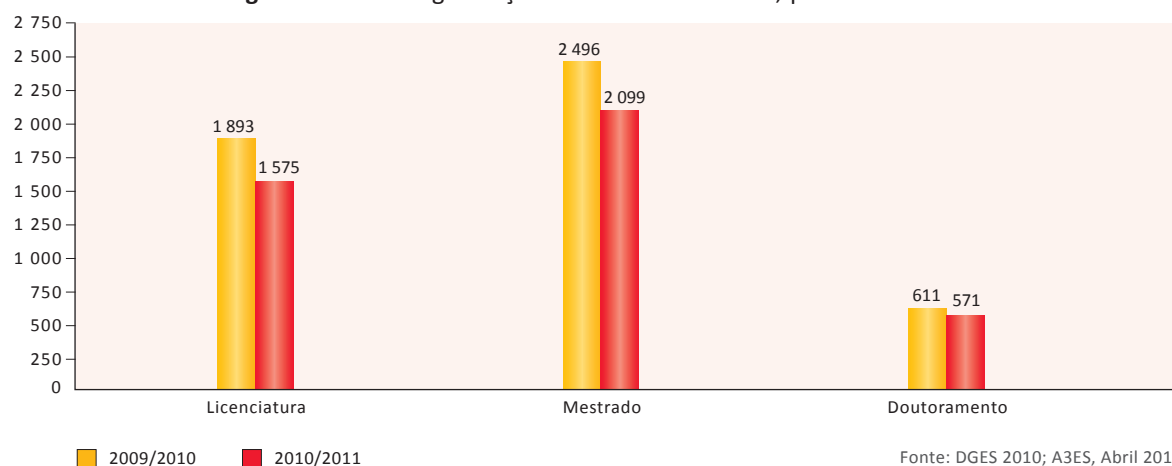
Fonte: A3ES, Abril 2011

Tabela 5.2.5. Novos cursos acreditados previamente para entrar em funcionamento em 2010/11

Áreas de Educação e Formação	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Total
Educação	1	15	1	17
Artes e Humanidades	6	22	19	47
Ciências Sociais, Comércio e Direito	3	43	7	53
Ciências, Matemática e Informática	5	9	3	17
Engenharia, Ind. Transform. e Construção	2	14	4	20
Agricultura	-	1	2	3
Saúde e Protecção Social	2	28	2	32
Serviços	2	9	1	12
Total	21	141	39	201

Fonte: A3ES, Abril 2011

Figura 5.2.2. Reorganização da oferta educativa, por ciclo de estudos



Fonte: DGES 2010; A3ES, Abril 2011

Tabela 5.2.6. Ofertas formativas em consórcios (2011)

Natureza das Instituições associadas	Mestrado	Doutoramento
Pública + Pública	19	22
Pública + Privada	3	2
Total	22	24

Fonte: A3ES, Junho 2011

Relação entre a oferta e procura de formação

O acesso ao ensino superior processa-se através de três modalidades principais: o *regime geral*, com fixação de vagas, quer para o concurso nacional de acesso ao ensino superior público (que inclui os contingentes especiais, nomeadamente, para candidatos oriundos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira), quer para os concursos institucionais realizados pelas instituições de ensino superior privado; os *regimes especiais*, para candidatos bolseiros dos PALOP, atletas de alta competição, filhos de diplomatas em missão no estrangeiro ou de diplomatas estrangeiros em Portugal, oficiais das Forças Armadas e portugueses bolseiros ou em missão no estrangeiro, e naturais de Timor-Leste; e *concursos especiais*, da iniciativa de cada instituição, a que podem concorrer os maiores de 23 anos, os titulares de CET e de outras formações, e os titulares de grau de licenciado para acesso a Medicina.

Entre 2000 e 2010, as vagas disponíveis para ingresso no ensino superior público cresceram 13,7%, o número de candidatos apenas 2,14% e os estudantes colocados 13,62%. Em termos absolutos, na 1ª fase do concurso de 2010 ficaram por ocupar 7 816 vagas. Na área da Educação e no mesmo período, verificou-se uma diminuição de 70% no número de vagas postas a concurso, que foi acompanhada por idêntico decréscimo de estudantes candidatos e colocados, em razão das “licenciaturas em ensino” terem terminado conforme é explicado no ponto referente à oferta formativa.

Pelo contrário, a área da Saúde e Protecção Social apresenta um crescimento de vagas de 106% na década, cobrindo, ainda em 2010, apenas 69% da procura. A área de Ciências Sociais, Comércio e Direito apresenta um crescimento equilibrado entre vagas e candidatos, verificando-se que as áreas de estudo das Engenharias e a das Ciências, Matemática e Informática revelam um decréscimo de procura (Tabela 5.2.7.).

No conjunto do sistema, a distribuição global do número de vagas e de inscritos no 1º ano, pela 1ª vez através de todos os regimes de acesso, no ano de 2009/10, em cursos de *formação inicial** nas instituições de ensino superior públicas e privadas é apresentada na Tabela 5.2.8..

No ensino superior público, o número de estudantes inscritos que ingressaram através de qualquer dos regimes de acesso ultrapassa em cerca de 9000 o número de vagas postas a concurso através do regime geral; no ensino superior privado, a situação é a inversa, verificando-se que mais de 19 000 vagas ficaram por preencher. É na área das Ciências Sociais, Comércio e Direito que, globalmente, se regista maior desfasamento entre a oferta e a procura (Tabela 5.2.9.).

Tabela 5.2.7. Relação entre a oferta e a procura no ensino superior público, por áreas de educação e formação

Áreas de Educação e Formação	Vagas			Candidatos em 1ª opção			Colocados		
	2000	2009	2010	2000	2009	2010	2000	2009	2010
Educação	5 686	1 731	1 710	6 013	1 419	1 550	4 902	1 485	1 556
Artes e Humanidades	4 450	5 342	5 643	3 962	4 770	5 316	3 822	4 694	5 015
Ciências Sociais, Comércio e Direito	12 398	14 099	15 044	14 381	16 502	16 444	11 152	12 876	13 207
Ciências, Matemática e Informática	4 715	4 939	5 139	3 895	3 053	3 336	3 851	4 207	4 176
Engenharia, Ind. Transform. e Constr.	11 480	12 528	12 854	9 182	10 881	9 916	9 027	10 620	10 084
Agricultura	1 845	1 173	1 194	1 028	849	875	1 214	747	738
Saúde e Protecção Social	3 956	7 949	8 164	9 882	11 830	11 222	3 984	7 630	7 776
Serviços	2 435	3 591	3 662	2 418	3 248	3 187	2 178	3 036	3 046
Total	46 965	51 352	53 410	50 761	52 552	51 846	40 130	45 315	45 594

Fonte: Acesso ao Ensino Superior. Dez Anos de Concurso Nacional, 2000-2009. DGES, 2010; Concurso Nacional de Acesso: 2010 em números. DGES, 2011

Tabela 5.2.8. Vagas no ensino superior (regime geral de acesso) e inscritos no 1.º ano, pela 1.ª vez, todos os regimes (2009/10)

Subsistema de ensino		Vagas	Inscritos no 1.º ano, pela 1.ª vez
Público		51 918	60 827
Universitário	a)	29 257	34 802
Politécnico	b)	22 661	26 025
Privado		39 692	20 541
Universitário	a)	26 146	14 886
Politécnico	b)	13 546	5 655
Total		91 610	81 368

Notas: Não inclui o ensino militar e policial nem a Universidade Aberta;
a) Inclui instituições não integradas em universidades e unidades orgânicas de ensino politécnico integradas em universidades;
b) Inclui instituições não integradas em institutos politécnicos.

Fonte: Vagas, Inscritos e Diplomados no Ensino Superior. Apresentação de dados: Destaques. GPEARI, 2010.

Tabela 5.2.9. Vagas no ensino superior (regime geral de acesso) e inscritos no 1.º ano, pela 1.ª vez, todos os regimes, por área de educação e formação (2009/10)

Áreas de Educação e Formação	Vagas	Inscritos no 1.º ano, pela 1.ª vez
Educação	3 601	2 690
Artes e Humanidades	10 356	8 724
Ciências Sociais, Comércio e Direito	29 992	26 682
Ciências, Matemática e Informática	6 896	5 720
Engenharia, Ind. Transform. e Constr.	17 195	16 887
Agricultura	1 398	1 414
Saúde e Protecção Social	14 998	13 064
Serviços	7 174	6 187
Total	91 610	81 368
Ciências e Engenharias	24 091	22 607

Nota: Não inclui o ensino militar e policial nem a Universidade Aberta; "Ciências e Engenharias". Corresponde aos grupos 400 – "Ciências, matemática e informática" e 500 – "Engenharia, indústrias transformadoras e construção" da CNAEF (Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação).

Fonte: Vagas, Inscritos e Diplomados no Ensino Superior. Apresentação de dados: Destaques. GPEARI, 2010

5.3. Estudantes e diplomados

Instituições, cursos e estudantes inscritos

O universo do ensino superior em 2009/10 era composto por 143 instituições, que ofereciam 3623 cursos acreditados nos diferentes níveis de formação, distribuídos pelo conjunto das áreas de estudo existentes, sendo frequentado por um total de 383 627 de estudantes, 23,4% dos quais inscritos em instituições do ensino superior privado (Tabela 5.3.1.).

Inscritos pela primeira vez

No conjunto dos novos estudantes inscritos em 2009/10 em cursos de formação inicial (não incluindo a Universidade Aberta e o ensino militar e policial), 72,3% ingressaram através dos concursos gerais de acesso e 12,3% através das provas para maiores de 23 anos (Tabela 5.3.2.).

Relativamente a estes, verifica-se que no ensino público apenas 52,6% dos candidatos aprovados realizaram a sua inscrição, enquanto no ensino privado 84,4% o fizeram na sequência da aprovação nas provas de acesso. Se no início do programa esta relação era já observada, nos anos seguintes a tendência tem vindo a afirmar-se, provavelmente em razão de uma maior oferta de cursos em regime pós-laboral no ensino superior privado (Figura 5.3.1.).

Tabela 5.3.1. Instituições, cursos e estudantes inscritos (2009/10)

Ensino	Instituições de Ensino Superior	Cursos com Acreditação Preliminar	Estudantes Inscritos
Público	46	2 896	293 828
Privado	97	727	89 799
Total	143	3 623	383 627

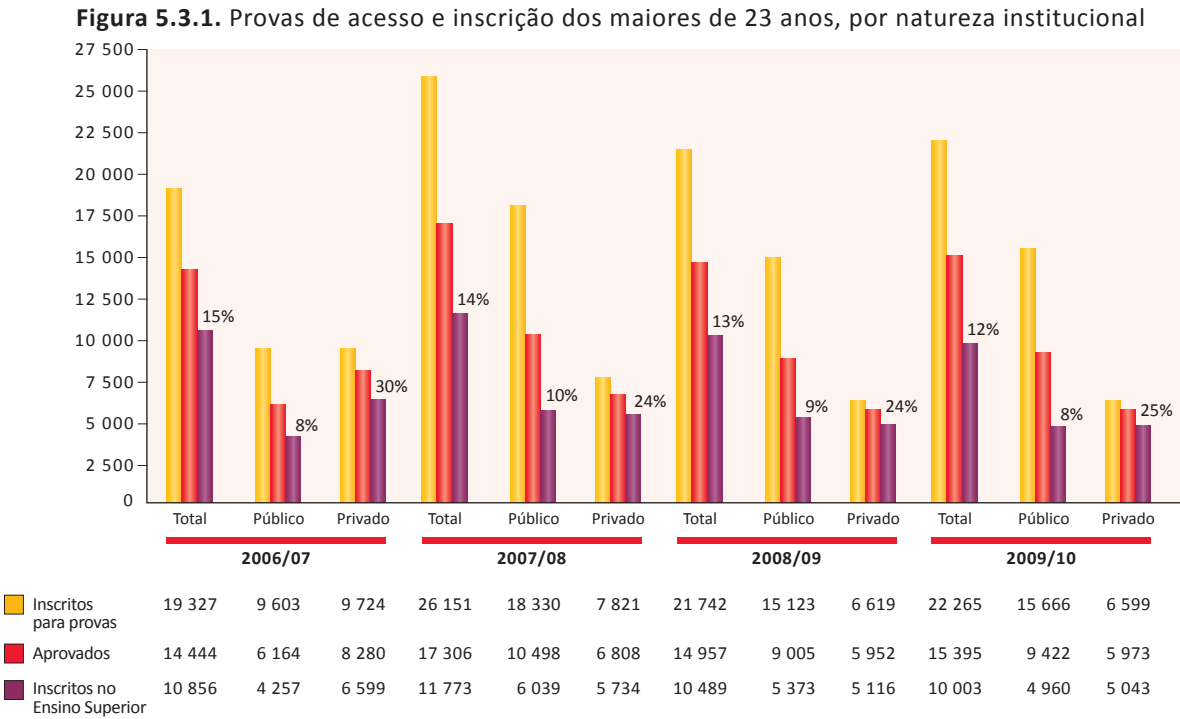
Fonte: DGES, 2011; A3ES, 2011; GPEARI, 2010

Tabela 5.3.2. Inscritos no 1º ano, pela 1ª vez em cursos de formação inicial 1

Origem	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	Variação em relação a 2008/09
Concursos gerais de acesso	51 907	60 502	59 775	58 798	- 2%
Provas para maiores de 23	10 856	11 773	10 489	10 003	- 5%
Outras origens	11 033	10 864	11 636	12 567	+ 8%
Total	73 796	83 139	81 900	81 368	- 1%

Nota: (1) Não inclui a Universidade Aberta e o ensino militar e policial

Fonte: Vagas, Inscritos e Diplomados no Ensino Superior. Apresentação de dados: Destaques. GPEARI, 2010



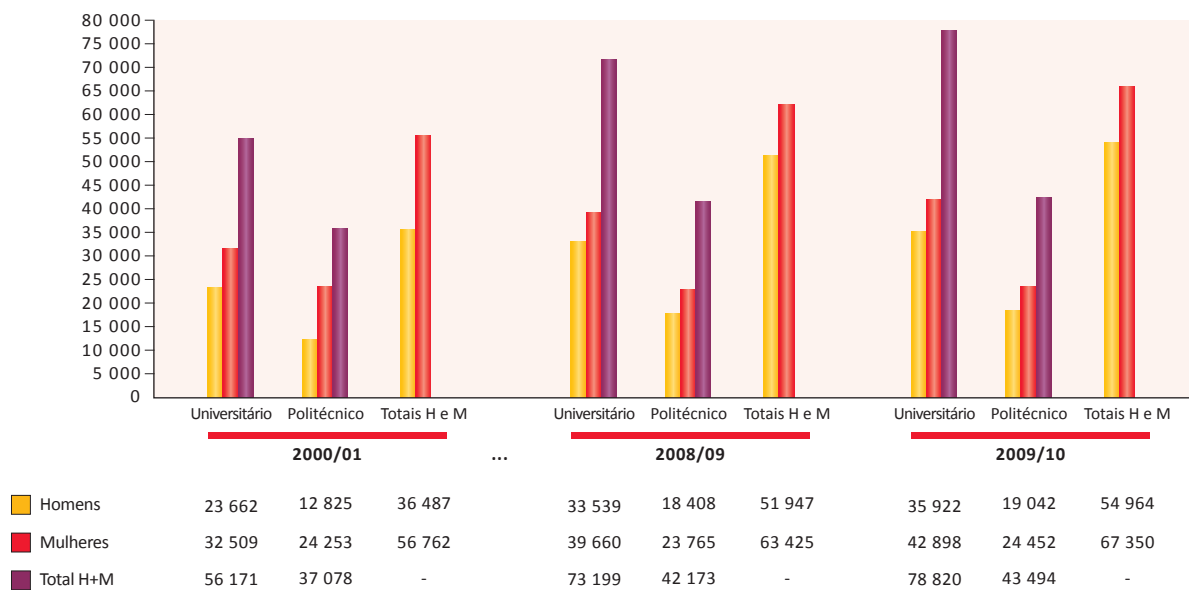
Nota: % - n.º de inscritos maiores de 23 anos no total de inscritos no ensino superior, pela primeira vez

Fonte: Vagas, Inscritos e Diplomados no Ensino Superior. Apresentação de dados: Destaques. GPEARI, 2010

A diversificação da oferta de formação no ensino superior merece realce. Considerando todos os graus de formação, 33,5% dos estudantes inscritos no 1º ano, pela 1ª vez, fazem-no em ciclos de estudos pós-graduados. No decurso da década e considerando todos os níveis de formação, a entrada de novos estudantes no sistema apresenta um crescimento de 31%, tendo a taxa de feminidade passado de 60,8% em 2000 para 55% em 2010 (Figura 5.3.2.).

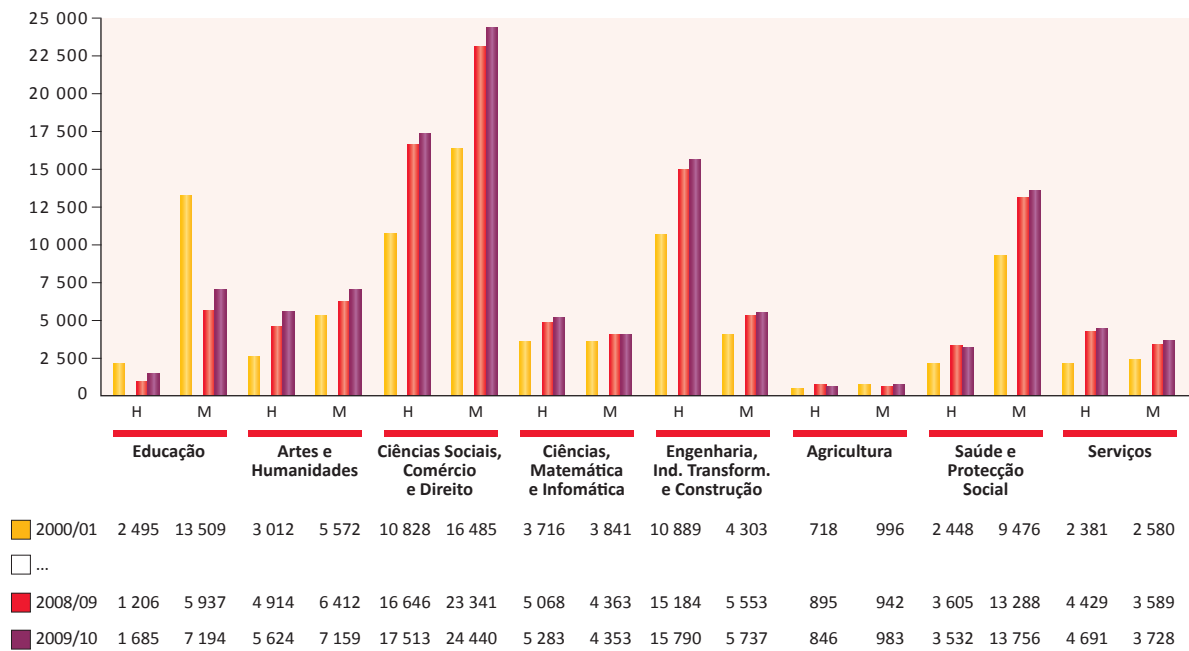
O maior aumento de estudantes inscritos pela 1ª vez regista-se na área de ciências sociais, comércio e direito (mais 14 640), sendo a área da educação a única que apresenta um decréscimo significativo de procura no decurso da década (menos 7 125 alunos inscritos). O número de estudantes inscritos nos cursos de medicina subiu consideravelmente a partir de 2000, em razão do aumento de vagas postas a concurso cujo número mais que duplicou (735 em 2000, para 1 490 em 2009).

Figura 5.3.2. Evolução dos estudantes inscritos (n.º) no 1º ano pela 1ª vez, por subsistema de ensino e sexo (todos os níveis de formação)



Fonte: Vagas, Inscritos e Diplomados no Ensino Superior.
Apresentação de dados: Destaques. GPEARl, 2010

Figura 5.3.3. Evolução dos estudantes inscritos (n.º) no 1º ano pela 1ª vez por área de educação e formação e sexo. (todos os níveis de formação)



Fonte: Vagas, Inscritos e Diplomados no Ensino Superior.
Apresentação de dados: Destaques. GPEARl, 2010

Evolução de inscritos

Apesar da recuperação verificada em 2009/10, de mais de 10 000 estudantes a frequentar o ensino superior relativamente ao ano transacto, a evolução na década apresenta um saldo negativo, registando-se um decréscimo de alunos inscritos no ensino superior privado ao longo do período (Tabela 5.3.3.).

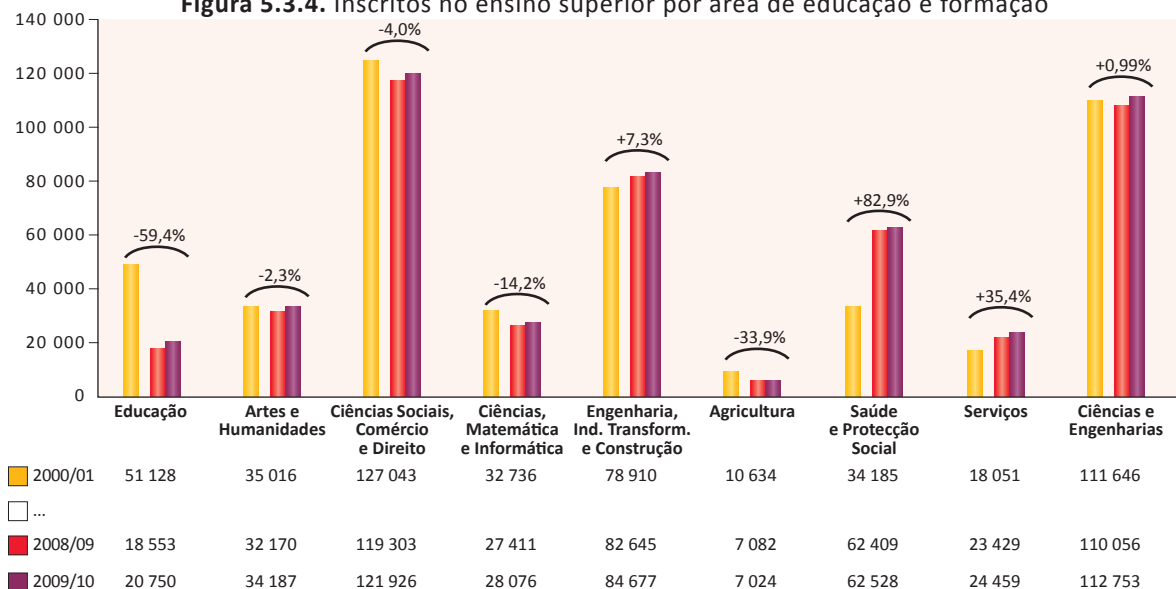
Relativamente às áreas de educação e formação (Figura 5.3.4.), verifica-se um crescimento muito significativo da frequência na área de saúde e protecção social (mais 82,9%) por referência ao ano 2000/01, sendo igualmente de assinalar o aumento de alunos inscritos nas áreas de engenharia, indústrias transformadoras e construção e de serviços.

Tabela 5.3.3. Evolução de inscritos (N.º) no Ensino Superior por subsistema de ensino

Subsistema de ensino		2000/01	...	2008/09	2009/10	Variação em relação a 2000/01
Público	Universitário	171 735		175 465	183 806	+ 7%
	Politécnico	82 979		60 755	60 174	- 27,5%
	sub-total	254 714		236 220	243 980	- 4,2%
Privado	Universitário	101 795		106 973	110 022	+ 8%
	Politécnico	31 194		29 809	29 625	- 5%
	sub-total	132 989		136 782	139 647	+ 5%
Total		387 703		373 002	383 627	- 1%

Fonte: Vagas, Inscritos e Diplomados no Ensino Superior.
Apresentação de dados: Destaques. GPEARI-MCTES, 2010

Figura 5.3.4. Inscritos no ensino superior por área de educação e formação



Nota: Não inclui os estudantes inscritos em CET; “Ciências e Engenharias” corresponde aos grupos 400 – “Ciências, matemática e informática” e 500 – “Engenharia, indústrias transformadoras e construção” da CNAEF (Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação).
% - variação relativa 2000/01 - 2009/10

Fonte: Vagas, Inscritos e Diplomados no Ensino Superior.
GPEARI-MCTES, 2010

Este crescimento ocorre devido ao aumento da frequência do 2.º e 3.º ciclos de formação (cursos de mestrado e de doutoramento) e prende-se directamente com a reorganização dos ciclos de estudos decorrente da implementação do Processo de Bolonha (Tabela 5.3.4.).

Na comparação europeia da distribuição de estudantes por áreas de educação e formação, verifica-se que Portugal regista uma frequência na área de Engenharia, Indústria Transformadora

e Construção significativamente mais elevada que a média europeia (22,3% contra 14,1%). Em contrapartida, a frequência da área de Artes e Humanidades encontra-se abaixo da observada na UE27 (8,7% contra 12,6%) (Tabela 5.3.5.).

Tabela 5.3.4. Inscritos no ensino superior por níveis de formação

Nível de formação	2007/08	2008/09	2009/10
Licenciatura*	358 628	318 091	317 036
Mestrado	8 692	35 541	44 752
Doutoramento	3 381	13 429	16 377
Outras formações	17 002	5 941	5 462
Total	387 703	373 002	383 627

Nota: *Inclui mestrados integrados e bacharelatos (agora em extinção).

Fonte: Vagas, Inscritos e Diplomados no Ensino Superior.
Apresentação de dados: Destaques. GPEARI-MCTES, 2010

Tabela 5.3.5. Estudantes no Ensino Superior, 2008

Distribuição por áreas de estudo (%)								
	Total de alunos (1 000)	Artes e Humanid.	C. Sociais, Com. e Direito	Ciências, Mat. e Informát.	Engenharia, Ind. Transf. e Constr.	Agricultura e Veterin.	Saúde e Prot. Social	Serviços
UE27	19 040	12,6	34,4	10,3	14,1	1,9	13,0	4,0
Alemanha	2 245	15,2	27,5	15,2	15,8	1,5	14,4	3,0
Dinamarca	231	15,3	30,4	8,2	9,8	1,5	21,5	2,2
Eslováquia	230	6,5	29,3	8,4	15,0	2,6	17,6	5,6
Espanha	1 781	10,4	31,7	9,9	17,7	1,9	12,3	5,8
Finlândia	310	14,6	22,9	10,9	24,9	2,3	14,2	5,0
França	2 165	15,4	36,1	12,3	13,0	1,2	15,6	3,3
Grécia	638	14,0	31,4	13,6	17,0	5,8	9,2	3,6
Hungria	414	9,1	40,9	6,9	12,5	2,5	8,9	9,1
Irlanda	179	15,7	29,8	12,5	12,8	1,3	15,6	5,2
Itália	2 014	13,4	35,1	7,6	15,3	2,1	13,1	2,8
Polónia	2 166	10,1	40,3	8,9	12,4	2,1	6,6	5,9
Portugal	377	8,7	31,9	7,5	22,3	2,1	16,6	5,8
Reino Unido	2 330	16,8	26,5	12,9	8,2	1,0	18,2	1,6
Roménia	1 057	8,5	56,0	5,6	16,5	2,2	6,4	3,2

Fonte: Eurostat (database) (http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_SDDS/en/educ_esms.htm)

Particularmente interessante é observar a evolução da taxa de escolarização no ensino superior por idades, relativamente à população com idade correspondente. Ao longo da década parece afirmar-se a tendência de aumento da participação dos jovens entre os 18 e os 21 anos, com mais de 36% dos jovens de 20 anos a frequentarem este nível de ensino (Tabela 5.3.6.).

A participação de alunos estrangeiros no ensino superior português em 2008/2009 é apresentada na Tabela 5.3.7.. Dos 17 900 alunos estrangeiros a frequentarem instituições nacionais (cerca de 0,5% relativamente ao total de alunos), 52,5% eram provenientes de África.

Mobilidade de estudantes europeus

A mobilidade de estudantes europeus no âmbito do programa *Erasmus** é apresentada na Figura 5.3.5.. No âmbito deste programa, Portugal regista um desequilíbrio entre entradas e saídas de estudantes da ordem dos 13,4%. Há mais estudantes estrangeiros em Portugal do que jovens

portugueses a estudar noutro país. Os estudantes portugueses que saem permanecem fora, em média, 5,7 meses, enquanto os estrangeiros ficam durante cerca de 6,4 meses em Portugal, o que corresponde a uma estadia prolongada no conjunto dos países de acolhimento.

Os países de destino mais procurados pelos estudantes portugueses são, em primeiro lugar, a Espanha, seguindo-se a Itália, sendo igualmente destes países a maioria dos estudantes estrangeiros que escolhem Portugal no âmbito do programa Erasmus. A Universidade do Porto é a instituição que regista maior número de saídas de estudantes, enquanto a Universidade de Coimbra é a que acolhe mais alunos estrangeiros.

Tabela 5.3.6. Taxa de escolarização (%) no ensino superior, por idades (excluindo CET). Portugal

Idade	2000/01	2008/09	2009/10
18 anos	17,42	25,96	27,02
19 anos	24,95	32,91	33,51
20 anos	28,37	35,72	36,12
21 anos	30,09	33,56	34,47
22 anos	28,16	26,99	27,75
23 anos	22,63	19,59	20,20
24 anos	17,04	15,19	14,85
30-34 anos	3,22	n.d.	4,25
35-39 anos	1,93	n.d.	2,60
40-44 anos	1,39	n.d.	1,76
45-49 anos	0,93	n.d.	1,27
50 e mais anos	0,24	n.d.	0,43

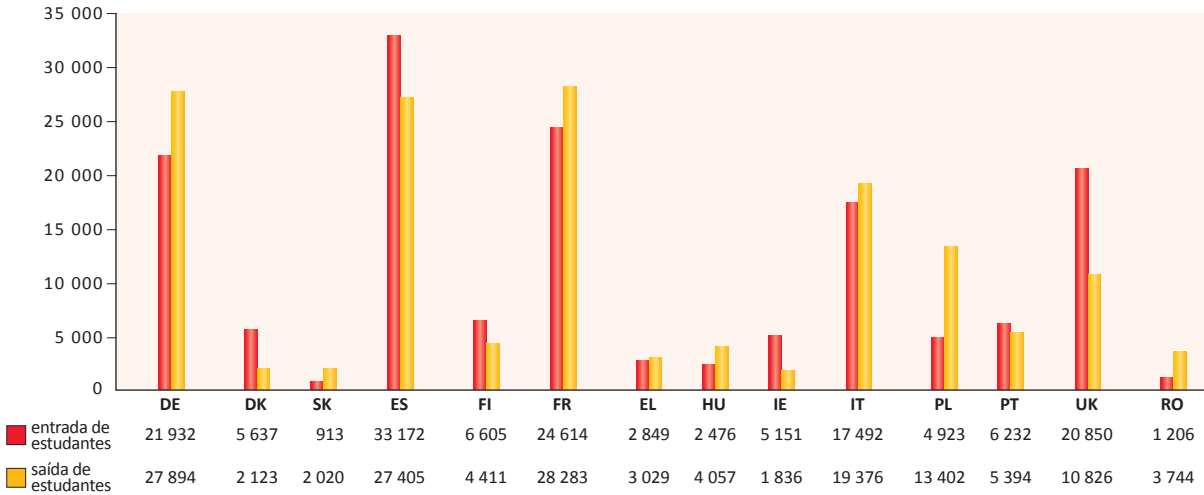
Fonte: *Inscritos no ensino superior (2008/2009): Informação sócio-económica.* GPEARI, 2010

Tabela 5.3.7. Alunos de nacionalidade estrangeira inscritos no 1ºano pela 1ªvez e total de alunos estrangeiros inscritos. Continente (2008/09)

Continente	1ºAno 1ªVez		Total de alunos estrangeiros	
	Nº	%	Nº	%
África	2 665	42,8%	9 401	52,5%
América	2 111	33,9%	4 491	25,1%
Ásia	239	3,8%	495	2,8%
Europa	1 196	19,2%	3 486	19,5%
Oceania	14	0,2%	27	0,2%
Total	6 225	100,0%	17 900	100,0%

Fonte: *Inscritos no ensino superior (2008/2009): Informação sócio-económica.* GPEARI, 2010

Figura 5.3.5. Saídas e entradas de estudantes Erasmus (2008/09)



Fonte: *The Erasmus Programme, 2008/2009. A statistical overview.* Direcção-Geral de Educação e Cultura. Comissão Europeia, 2010

Diplomados

A evolução da situação comparativa de Portugal ao longo da década no quadro dos países da UE, relativamente à taxa de diplomados do ensino superior no grupo etário dos 30-34 anos é apresentada na Figura 5.3.6. e Tabela 5.3.a. (anexo estatístico).

Ao longo da década, registou-se um aumento de 12,2 pontos percentuais na taxa de diplomados no grupo etário dos 30-34 anos, situação que superou a média registada na UE27 no mesmo período (de 22,4% em 2000 para 33,6 em 2010, o que equivale a um aumento de 11,2 pp). Assim, o desvio de Portugal relativamente à média dos países europeus reduziu apenas 1 ponto percentual, considerando os valores observados no início e fim da década.

Se é certo que durante o período em análise a taxa de diplomados em Portugal mais que duplicou naquele grupo etário (de 11,3% em 2000 para 23,5% em 2010) também não deverá ser iludida a

dificuldade de alcançar a meta europeia definida no programa EF 2020 no sentido de a percentagem de adultos de 30-34 anos com nível de qualificação superior ser de pelo menos 40%.

A Tabela 5.3.8. e a Figura 5.3.7. apresentam a evolução verificada nos três últimos anos face ao número de diplomados observado no ano lectivo de 2000/01. De referir que o ano de 2007/08 se apresenta como o ano de transição em que foi implementada a nova organização de cursos prevista pelo Processo de Bolonha, implicando um significativo aumento do número de diplomados naquele ano, seja por terem concluído licenciaturas de três anos, seja por terem obtido equivalência a mestrados.

Figura 5.3.6. Diplomados do Ensino Superior (%) no grupo etário 30-34 anos, por sexo. UE27 (2010)

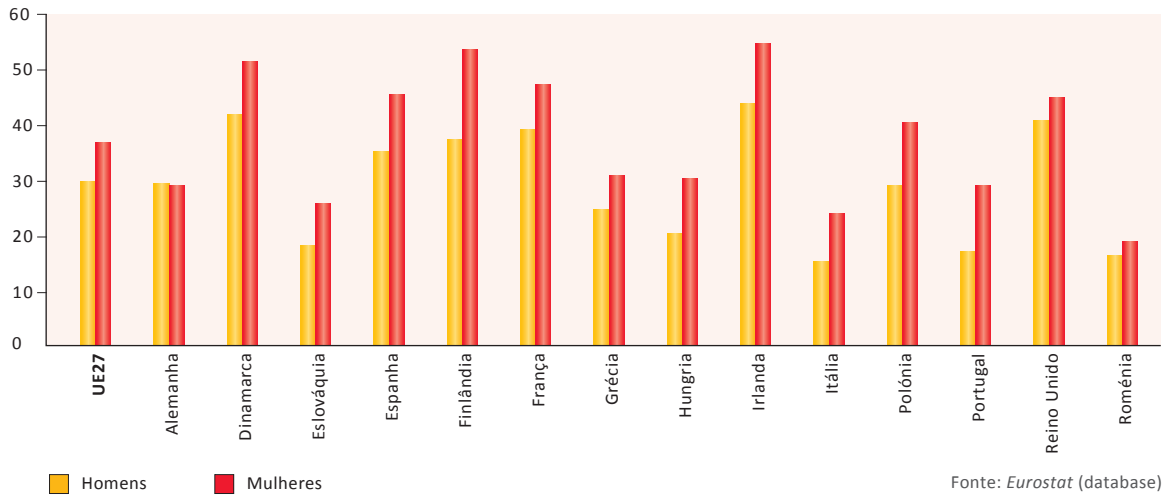


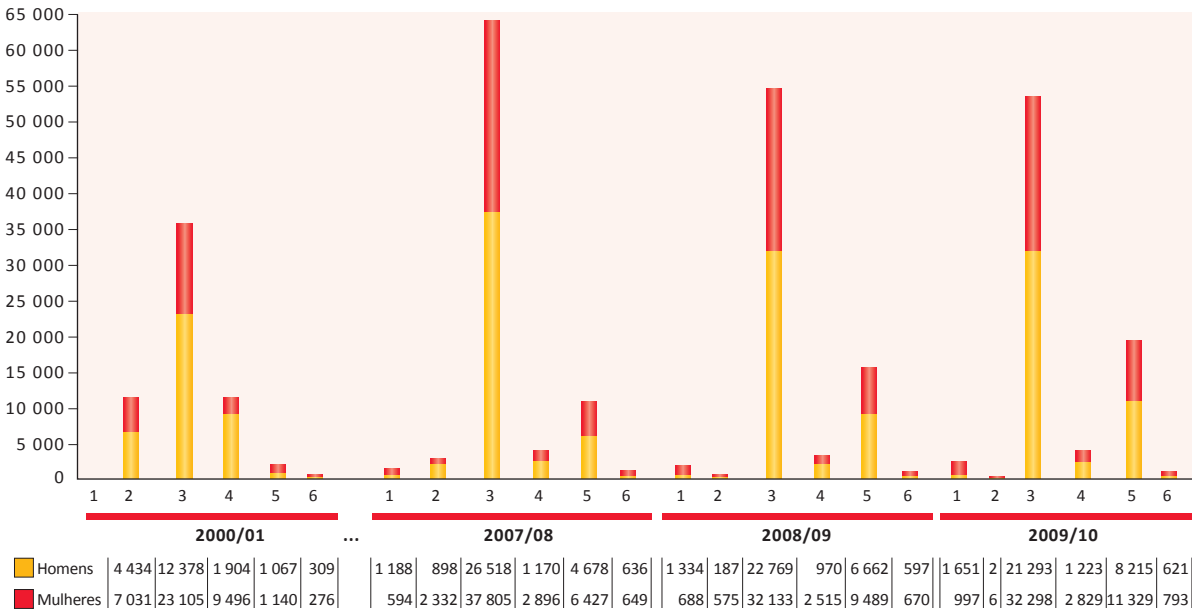
Tabela 5.3.8. Diplomados no ensino superior por subsistema de ensino.

Subsistema de ensino		2000/01	...	2007/08	2008/09	2009/10
Público		38 617		64 469	57 428	58 091
Universitário	a)	19 466		37 366	37 391	38 323
Politécnico	b)	19 151		27 103	20 037	19 768
Privado		22 523		19 540	19 139	20 518
Universitário	a)	12 229		10 340	11 457	12 333
Politécnico	b)	10 294		9 200	7 682	8 185
Total		61 140		84 009	76 567	78 609

Notas: a) Inclui instituições não integradas em universidades;
b) Inclui instituições não integradas em Institutos Politécnicos e Unidades orgânicos de Ensino Politécnico integradas em Universidades

Fonte: GPEARI, 2011.

Figura 5.3.7. Diplomados por nível de formação e sexo



Notas: (1) CET; (2) Bacharelato; (3) Licenciatura;
(4) Pós-graduação; (5) Mestrado; (6) Doutoramento

Fonte: GPEARI, 2011

No conjunto de diplomados, os estudantes que concluíram as suas formações nas áreas de ciências sociais, comércio e direito, de saúde e protecção social e de engenharia, indústrias transformadoras e construção representam 68% dos diplomados em 2009/10 (Tabela 5.3.9.).

A comparação com a situação registada no conjunto dos países da UE27 é apresentada na Figura 5.3.8., onde se observa uma idêntica distribuição.

A taxa de feminidade entre os diplomados é elevada, atingindo 60,1% do total (Tabela 5.3.10.), o que é consistente com a observação dos percursos escolares femininos nos ensinos básico e secundário, caracterizados por maior percentagem de alunas com idade certa a frequentar os respectivos anos de escolaridade, melhores resultados nos exames e provas de aferição e melhor posicionamento nos concursos de acesso ao ensino superior.

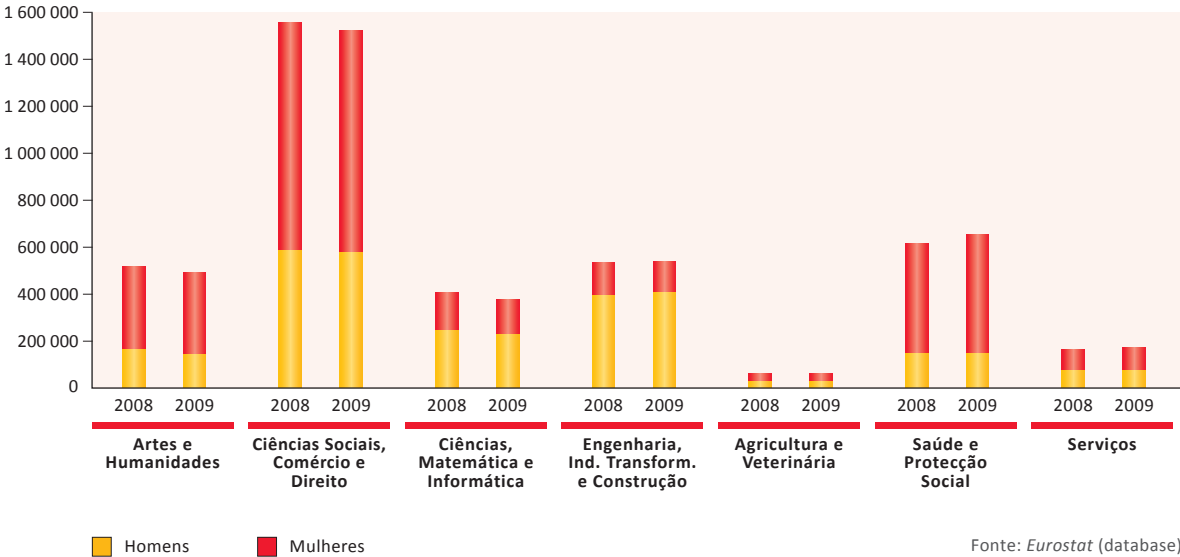
Tabela 5.3.9. Diplomados no ensino superior por área de educação e formação. Portugal

Áreas de Educação e Formação	2000/01	2007/08	2008/09	2009/10
Educação	12 054	5 398	4 716	6 801
Artes e Humanidades	4 859	7 474	6 317	6 458
Ciências Sociais, Comércio e Direito	19 477	23 525	22 487	23 012
Ciências, Matemática e Informática	3 424	6 294	5 352	5 139
Engenharia, Ind. Transform. e Constr.	7 143	17 037	15 018	14 412
Agricultura	1 389	2 046	1 471	1 259
Saúde e Protecção Social	10 192	17 398	16 224	16 387
Serviços	2 602	4 837	4 982	5 141
Total	61 140	84 009	76 567	78 609
Ciências e Engenharias	10 567	23 331	20 370	19 551

Nota: “Ciências e Engenharias” corresponde aos grupos 400 – “Ciências, matemática e informática” e 500 – “Engenharia, indústrias transformadoras e construção” da CNAEF (Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação).

Fonte : GPEARI, 2011

Figura 5.3.8. Diplomados por área de formação e sexo. UE 27



Fonte: Eurostat (database)

Tabela 5.3.10. Diplomados no ensino superior por sexo. Portugal

Sexo	2000/01	2008/09	2009/10
Masculino	32,9%	40,7%	39,9%
Feminino	67,1%	59,3%	60,1%

Fonte : GPEARI, 2011

Previsão do aumento de diplomados - Contrato de Confiança

As metas definidas no Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior público prevêem a qualificação de mais 100 mil activos (para além do nível de 2009), ao longo dos próximos quatro anos, através do alargamento e diversificação da oferta educativa por parte das universidades e institutos politécnicos e do reforço da formação pós-graduada ao nível de mestrado e de doutoramento. Estas acções visam atrair novos públicos para o ensino superior, em particular pessoas inseridas no mercado de trabalho que queiram obter qualificações de nível superior ou prosseguir a sua actualização científica e profissional. Para a sua concretização, cada instituição de ensino superior público apresentou o seu programa específico de desenvolvimento do qual constam as linhas de acção a prosseguir e a quantificação do aumento de diplomados a atingir em 2014 (Tabela 5.3.11.).

De entre as medidas com maior impacto na abertura das instituições a mais estudantes e a novas camadas sociais devem-se referir o funcionamento de cursos de ensino a distância e em regime pós-laboral, o incremento da oferta de cursos de especialização tecnológica, o ingresso de adultos maiores de 23 anos inscritos e o significativo aumento de programas de pós-graduação (Tabela 5.3.12.).

No ensino público universitário é de referir a previsão do aumento significativo de alunos a frequentarem cursos de ensino a distância (mais 10 273 diplomados), realizados na sua maioria em consórcio com a Universidade Aberta, enquanto no ensino politécnico são os cursos em regime pós-laboral que se prevê venham contribuir decisivamente para o aumento do número de diplomados (mais 14 826 diplomados).

O Contrato de Confiança traduz-se, assim, num compromisso recíproco plurianual sobre os objectivos a atingir e os recursos disponíveis, susceptível de dotar o ensino superior público de um quadro estável para o seu desenvolvimento.

Tabela 5.3.11. Contrato de Confiança - Previsão do número total de diplomados, por subsistema

Ensino Superior Público	Total de Diplomados (1)					Aumento de diplomados 2010-2014	
	2009	2011	2012	2013	2014	Nº	%
Universitário	39 179	48 504	53 888	58 653	62 685	67 366	62,5%
Politécnico	19 500	24 177	28 279	32 108	33 918	40 482	37,5%
Total	58 679	72 681	82 167	90 761	96 603	107 848	-

Nota: (1) Não inclui o ano de 2010, dado não ser conhecido o número de diplomados desse ano à data da previsão. Os 100 000 diplomados a mais são o somatório de diplomados em 2011, 2012, 2013 e 2014, deduzindo 4 vezes o número de diplomados em 2009.

Fonte: Contrato de Confiança no Ensino Superior para o Futuro de Portugal. Evolução do Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior, 2010-2014. MCTES, Setembro de 2010

Tabela 5.3.12. Previsão do aumento de diplomados, por ciclo de estudos e subsistema, entre 2009 e 2014

Ensino Superior Público	CET	Licenciatura	Mestrado	Pós-graduação	Doutoramento	Total
Universitário	1 836	12 479	28 437	20 715	3 899	67 366
Politécnico	13 866	5 750		20 866	-	40 482
Total	15 702	18 229		70 018	3 899	107 848

Fonte: Contrato de Confiança no Ensino Superior para o Futuro de Portugal. Evolução do Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior, 2010-2014. MCTES, Setembro de 2010

Emprego de diplomados

Através da Tabela 5.3.13. verifica-se que a evolução da taxa média de emprego de diplomados no grupo etário dos 25-64 anos nos países da UE manteve-se estável ao longo da década, situando-se em 82,9% em 2009, embora se tenha verificado o decréscimo de 1 ponto de 2008 para 2009. De facto, na maioria desses países, a taxa de emprego de diplomados cresceu relativamente à que se registava em 2000, como é o caso de Espanha e de França, embora se mantenha abaixo da média europeia. Em países como a Irlanda, Itália e Reino Unido verificou-se a situação inversa, com redução muito expressiva das respectivas taxas de emprego (entre 6 e 3 pontos). A Irlanda surge como o país cuja taxa de emprego de diplomados mais se ressentiu da crise europeia, situando-se em 2009 abaixo da média europeia.

Portugal regista igualmente uma diminuição importante na taxa de emprego de diplomados quando comparada a situação existente em 2000, tendência que parece manter-se nos dois últimos anos, segundo os dados comparativos existentes. Mantém-se, contudo, acima da taxa média europeia com 84,3% de diplomados empregados.

Tabela 5.3.13. Taxa de emprego dos diplomados com ensino superior (CITE 5-6) no grupo etário 25-64 anos, na UE27

Países	2000	2008	2009
UE27	82,4	83,9	82,9
Alemanha	83,0	86,4	87,0
Dinamarca	88,2	89,2	87,3
Eslováquia	84,9	83,8	80,3
Espanha	75,1	81,7	79,0
Finlândia	84,0	85,6	84,4
França	78,7	80,9	80,0
Grécia	80,6	82,1	81,6
Hungria	82,0	79,5	78,1
Irlanda	86,5	84,4	80,7
Itália	81,0	78,5	77,0
Polónia	83,8	83,7	83,7
Portugal	89,8	84,7	84,3
Reino Unido	87,4	85,3	84,2
Roménia	83,9	85,7	84,1

Fonte: CEDEFOP. Statistics and indicators/employment and knowledge, 2011.

Tabela 5.3.14. Desempregados por tempo de inscrição. Continente (Dezembro de 2010)

Tempo de inscrição	Total de desempregados		Desempregados sem habilitação superior		Desempregados com habilitação superior	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
< 3 Meses	126 324	24,3%	113 092	24,0%	13 232	27,3%
3 a < 6 Meses	74 554	14,3%	61 930	13,1%	12 624	26,0%
6 a < 12 Meses	101 106	19,4%	92 070	19,5%	9 036	18,6%
12 a < 24 Meses	118 864	22,9%	110 130	23,4%	8 734	18,0%
>= 24 Meses	99 040	19,1%	94 144	20,0%	4 896	10,1%
Total	519 888	100,0%	471 366	100,0%	48 522	100,0%

Fonte: A Procura de Emprego dos diplomados com habilitação superior 2010 - Relatório VIII. GPEARI, Março 2011

Os dados relativos ao desemprego de diplomados em Portugal (GPEARI, 2011a), referenciados a Dezembro de 2010, apontam para uma taxa de desemprego de 3,5% da população residente (15-64 anos) com habilitação superior, sendo no grupo etário dos 25-34 anos que se concentram perto de 50% dos desempregados com habilitação superior (Tabela 5.3.15.).

Os desempregados que concluíram o seu curso superior entre 2000 e 2010 representam 5,4% (Tabela 5.3.b., em anexo estatístico) dos que se diplomaram no mesmo período. É nas áreas

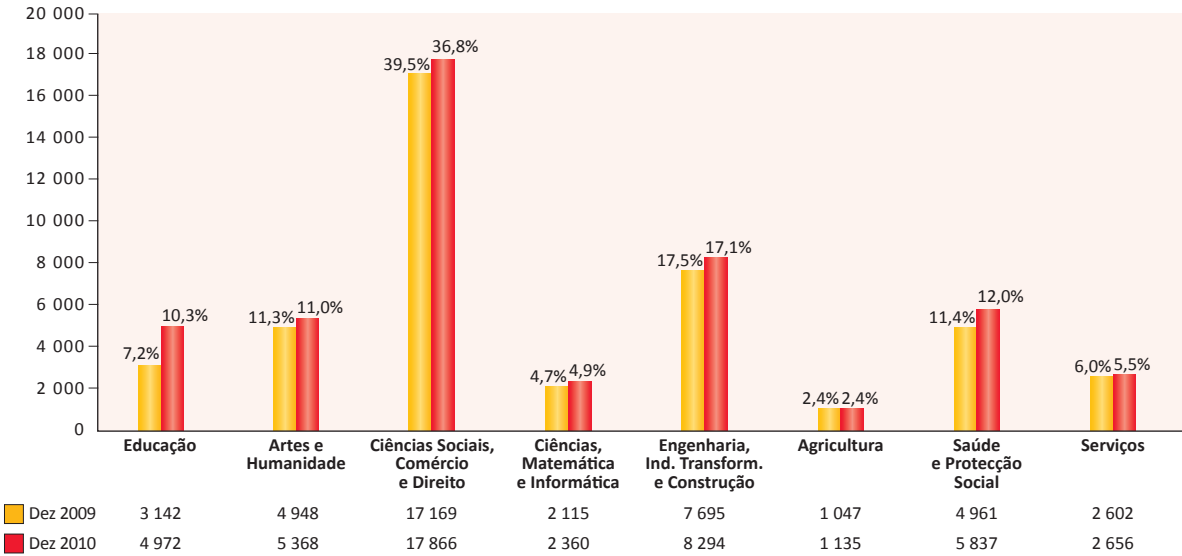
de estudo de ciências empresariais, de ciências sociais e do comportamento e de formação de professores que se registam as taxas mais elevadas de desemprego de diplomados. Entre Dezembro de 2009 e Dezembro de 2010, a área que registou maior aumento de desempregados diplomados foi a da educação, tendo passado de 3 142 para 4 972 desempregados (Figura 5.3.9.).

Tabela 5.3.15. Desempregados por grupo etário. Continente (Dezembro de 2010)

Grupo Etário	Total de desempregados		Desempregados sem habilitação superior		Desempregados com habilitação superior	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
< 25 Anos	60 122	11,6%	50 741	10,8%	9 381	19,3%
25 - 34 Anos	118 217	22,7%	94 990	20,2%	23 227	47,9%
35 - 54 Anos	243 272	46,8%	229 157	48,6%	14 115	29,1%
55 Anos e +	98 277	18,9%	96 478	20,5%	1 799	3,7%
Total	519 888	100,0%	471 366	100,0%	48 522	100,0%

Fonte: A Procura de Emprego dos diplomados com habilitação superior 2010 - Relatório VIII. GPEARI, Março 2011

Figura 5.3.9. Desempregados com habilitação superior por áreas de estudo



Nota: - Existência de 76 desempregados em 2009 e 34 em 2010 sem área referenciada;
- % do total das áreas de estudo em cada ano.

Fonte: A Procura de Emprego dos diplomados com habilitação superior 2010 - Relatório VIII. GPEARI, Março 2011

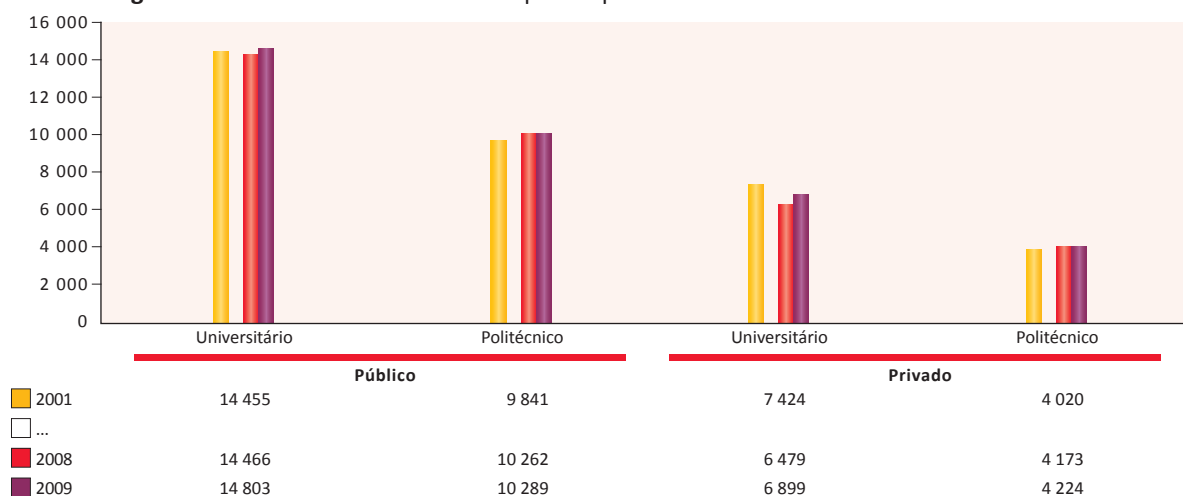
5.4. Docentes

Em 2009 entraram em vigor os novos estatutos das carreiras docentes universitária e politécnica. O ordenamento jurídico da carreira docente universitária definiu o doutoramento como grau de entrada e a obrigatoriedade de concursos internacionais para professores, com júris maioritariamente externos à instituição. Na carreira docente politécnica passou a ser exigido o título de especialista ou, em alternativa, o grau de doutor, para acesso à carreira, sendo a selecção realizada por concurso, com júris compostos igualmente por membros externos às próprias instituições.

Em 2009 e relativamente ao ano anterior, regista-se um crescimento de cerca de 2,4% do número total de docentes no ensino superior. Este crescimento verifica-se, quer no ensino público, quer no privado, especialmente no ensino universitário. Comparando com o início da década, o crescimento é apenas de 1,3% no total de docentes (Figura 5.4.1.).

O pessoal docente do ensino superior é na sua maioria do sexo masculino e concentra-se no grupo etário dos 30-49 anos, o qual em 2009 representava cerca de 63% dos professores em exercício de funções nos sectores público e privado. No ensino universitário público nota-se, porém, um aumento de docentes com idade superior a 50 anos, ao comparar com a distribuição etária registada no início da década (Figuras 5.4.2. e 5.4.3.).

Figura 5.4.1. Docentes do ensino superior por subsistema de ensino e natureza institucional



Fonte: Inquérito ao Registo Biográfico de Docentes do Ensino Superior. GEPEARl, Junho 2011

Tabela 5.4.1. Taxa de feminidade dos docentes do ensino superior por subsistema de ensino e natureza institucional

	Público		Privado	
	Universitário	Politécnico	Universitário	Politécnico
2001	38%	45%	36%	50%
2008	39%	47%	41%	53%
2009	39%	48%	41%	52%

Fonte: Inquérito ao Registo Biográfico de Docentes do Ensino Superior, 2001 a 2009. GEPEARl, Junho 2011

Figura 5.4.2. Docentes do ensino superior por grupo etário, subsistema de ensino e natureza institucional

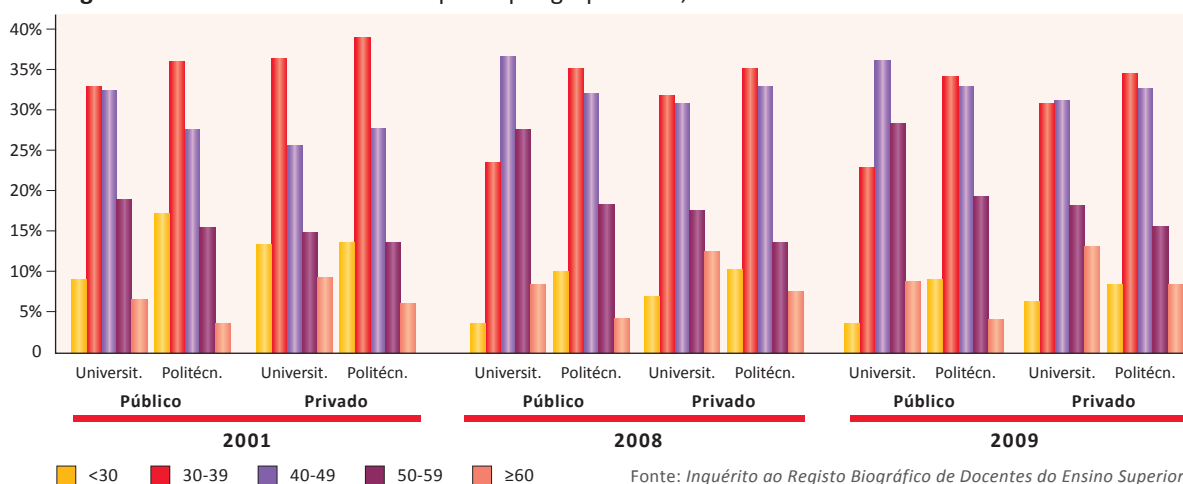


Figura 5.4.3. Docentes do ensino superior público e privado (n.º) com menos de 30 e mais de 50 anos



No que diz respeito à evolução da sua qualificação académica, tem vindo a consolidar-se a tendência de aumento significativo dos doutorados nos dois subsistemas e em ambos os sectores, público e privado. Relativamente a 2001, o crescimento de doutorados no sistema é de 62,9%, os quais representavam já, em 2009, 68% do total de docentes nas universidades públicas. Simultaneamente, observa-se uma diminuição ainda ligeira no número de mestres e mais acentuada nos licenciados (Figura 5.4.4. e Tabela 5.4.a., em anexo estatístico).

Neste domínio, é de assinalar o crescimento da formação avançada de recursos humanos, apoiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia através da atribuição de bolsas para a realização de doutoramento, tendo o seu número praticamente triplicado relativamente a 2000 (Tabela 5.4.2.). Igualmente, a partir de 2008, a contratação de cerca de 1 200 investigadores doutorados, dos quais cerca de 4,1% de nacionalidade estrangeira, veio reforçar a capacidade das instituições de ensino superior em actividades ligadas à investigação e aumentar a sua competitividade internacional.

Contudo, a internacionalização do sistema de ensino superior português, tendo por referência o número de docentes de nacionalidade estrangeira a leccionarem nas instituições do país, não

ultrapassa os 5%. Neste âmbito, deve-se salientar o aumento de cerca de um ponto percentual de 2008 para 2009, registado nos ensinos público e privado, bem como o forte impacto das parcerias académicas e científicas internacionais estabelecidas (Tabela 5.4.3.).

Devem ser referidas as parcerias no âmbito do programa MIT-Portugal, que inclui os eixos de investigação em sistemas sustentáveis de energia e transportes, engenharia de células estaminais e novos materiais e produtos para aplicação na mobilidade eléctrica e em novos dispositivos médicos; os programas CMU-Portugal e Fraunhofer-Portugal, na área das tecnologias de informação e comunicação; o programa UT Austin-Portugal, na área média digital interactiva; e o programa Harvard Medical School – Portugal, na área da Saúde. Estas parcerias envolvem a participação de docentes e investigadores nacionais e estrangeiros, tendo dado origem a diversos cursos de mestrado e de doutoramento enquadrados em linhas de I&D.

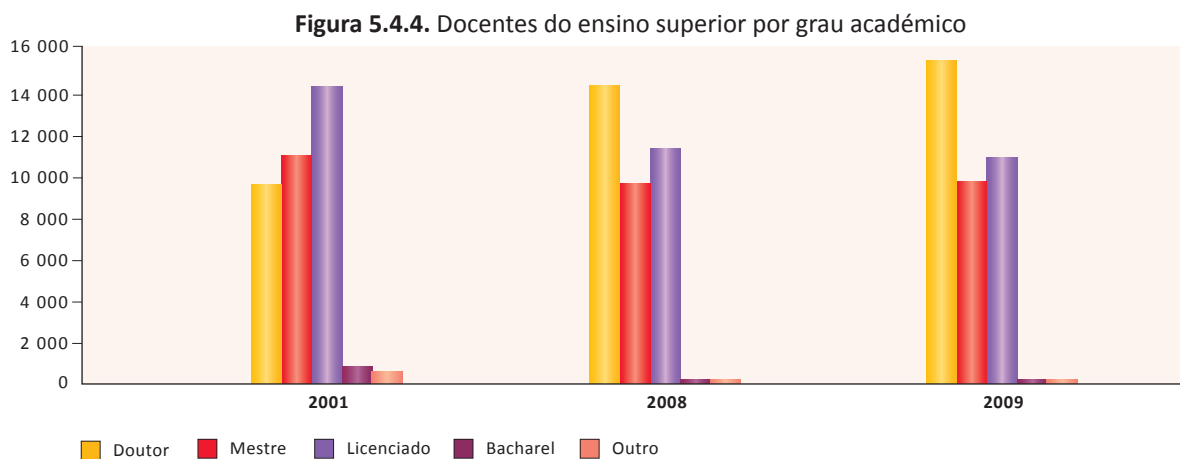


Tabela 5.4.2. Bolsas de doutoramento concedidas e em execução – FCT

Anos	Bolsas de Doutoramento	
	Concedidas	Em Execução
2000	797	3 032
2008	1 961	6 736
2009	1 831	7 831
2010	n.d.	8 636

Fonte: PORDATA, actualização de 27.04.2011

Tabela 5.4.3. Docentes de nacionalidade portuguesa e estrangeira (N.º e %), por subsistema de ensino e natureza institucional

	2001						2008						2009					
	Público		Privado		Total		Público		Privado		Total		Público		Privado		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Universitário	14 455	100%	7 424	100%	21 879	100%	14 466	100%	6 479	100%	20 945	100%	14 803	100%	6 899	100%	21 702	100%
Portugueses	13 918	96,3%	7 136	96,1%	21 054	96,2%	13 845	95,7%	6 243	96,4%	20 088	95,9%	14 103	95,3%	6 569	95,2%	20 672	95,3%
Estrangeiros	537	3,7%	288	3,9%	825	3,8%	621	4,3%	236	3,6%	857	4,1%	700	4,7%	330	4,8%	1 030	4,7%
Politécnico	9 841	100%	4 020	100%	13 861	100%	10 262	100%	4 173	100%	14 435	100%	10 289	100%	4 224	100%	14 513	100%
Portugueses	9 678	98,3%	3 893	96,8%	13 571	97,9%	10 060	98,0%	4 058	97,2%	14 118	97,8%	10 059	97,8%	4 084	96,7%	14 143	97,5%
Estrangeiros	163	1,7%	127	3,2%	290	2,1%	202	2,0%	115	2,8%	317	2,2%	230	2,2%	140	3,3%	370	2,5%

Fonte: Inquérito ao Registo Biográfico de Docentes do Ensino Superior, 2001 a 2009. GEPEARl, Junho 2011

5.5. Apoios sociais aos estudantes e financiamento

Bolsas de estudo e empréstimos a estudantes

No que se refere à Acção Social directa, a evolução do número de bolseiros do ensino superior ao longo da década apresenta um crescimento significativo da ordem dos 33,7%. Em 2009, o total de bolseiros é de cerca de 75 000, representando 20,1% dos alunos matriculados naquele ano (Tabelas 5.5.1. e 5.5.2.).

Por outro lado, o sistema de concessão de empréstimos com garantia mútua, criado em 2007 e contratualizado com as instituições de crédito, tem vindo a ter uma procura crescente (Tabela 5.5.3.). Em 2010 encontravam-se celebrados 14 019 contratos de empréstimo a estudantes, representando um aumento de 26,7% em relação ao ano anterior. O valor total dos contratos ascende a 163 302 milhões de euros, sendo o valor médio do crédito a utilizar em 2010/11 de 6 276€ por estudante com contrato. O número de estudantes que beneficiam de empréstimos é de apenas 3% do total de alunos inscritos.

Enquanto sistema que facilita a diversificação das fontes de rendimento dos estudantes e promove a sua autonomia, estes empréstimos são cumuláveis com outros subsídios públicos e desempenham um papel complementar em relação a bolsas de estudo atribuídas através do sistema de acção social directa. Contudo, apenas menos de um terço dos estudantes que contraíram empréstimos beneficiam de bolsas de estudo.

Financiamento da Acção Social Escolar directa

No sentido de melhorar as condições de acesso de estudantes economicamente carenciados e, desse modo, alargar a base social do ensino superior e promover a equidade do sistema, a despesa pública com a acção social escolar directa registou um aumento significativo nos últimos cinco anos.

Deve-se assinalar que a despesa anual no apoio social directo em bolsas de estudo aumentou cerca de 70% entre 2006 e 2010, totalizando 160 milhões de euros em 2010. De modo a garantir o aumento do apoio social directo a estudantes foram utilizadas verbas do Fundo Social Europeu, estando prevista a continuação do seu financiamento nos próximos anos (Tabela 5.5.5.).

Tabela 5.5.1. Bolseiros do ensino superior por natureza institucional

Anos	Ensino Superior		
	Total	Público	Privado
2000	56 046	44 994	11 052
2008	73 493	61 361	12 132
2009	74 935	n.d.	n.d.

Fonte: PORDATA. Actualização de 4.01.2011

Tabela 5.5.2. Bolseiros (%) relativamente ao total de matriculados no ensino superior, segundo a natureza institucional

Anos	Ensino Superior		
	Total	Público	Privado
2000	15,0	17,6	9,3
2008	19,5	21,6	13,1
2009	20,1	n.d.	n.d.

Fonte: PORDATA. Actualização de 4.01.2011

Tabela 5.5.3. Evolução cumulativa de empréstimos a estudantes com garantia mútua

Ano académico	Data	Número de empréstimos
2007/08	Dezembro de 2007	1 524
2007/08	Agosto de 2008	3 693
2008/09	Dezembro de 2008	6 452
2008/09	Agosto de 2009	7 943
2009/10	Dezembro de 2009	11 108
2009/10	Agosto de 2010	11 058 (*)
2010/11	Dezembro de 2010	14 019 (p)

Notas: (*) Informações disponíveis a 31 de Setembro, com dados preliminares de algumas Instituições de crédito;
(p) Dados provisórios.

Fonte: MCTES. Gabinete de Estatística, 2011

Tabela 5.5.4. Volume financeiro de empréstimos (Dezembro de 2010)

Financiamento (valores em euros) (p)				
N.º de créditos contratados	Valor total de créditos contratados	Valores do crédito já utilizado	Valor médio do crédito contratado	Valor médio de crédito a utilizar no ano lectivo em curso
14 019	163 302 794	87 982 751	11 649	6 276

Notas: Actividade acumulada até Dezembro 2010;
(p) Dados provisórios

Fonte: MCTES. Gabinete de Estatística, 2011

Tabela 5.5.5. Orçamento e despesa executada com os apoios sociais directos a estudantes (milhões de Euros)

Ação Social Escolar Directa	2006	2007	2008	2009	2010
1. ensino superior (acção social directa)	112	123	126	137	147
1.1 Fundos Nacionais	112	78	81	92	85
1.2 Fundos Europeus (FSE)	0	45	45	45	62
2. Total da despesa anual executada	95	117	130	142	160
2.1 Fundos nacionais	95	73	84	112	98
2.2 Fundos Europeus (FSE)	0	44	46	30	62

Fonte: GPEARI, 2011

Financiamento do Ensino Superior público

Globalmente, as receitas totais das instituições de ensino superior público e do financiamento da acção social representam 1,24% do PIB em 2010 (Tabela 5.5.6.).

Apesar do valor do financiamento directo do Estado ter sido reforçado em 100 milhões de Euros em 2010, no âmbito do Contrato de Confiança celebrado com as instituições, importa referir que a subida da contribuição para a Caixa Geral de Aposentações (21%), cumulativamente com os aumentos salariais negociados pelo Governo, implicaram uma redução de 28% nos orçamentos de funcionamento das instituições, gerando constrangimentos difíceis de ultrapassar.

A reintrodução de um processo de contratualização entre o Estado e as instituições de ensino superior, com base numa fórmula de financiamento, seria desejável, de modo a diminuir a incerteza na governação e administração das instituições e facilitar o planeamento das suas actividades.

Verifica-se a diversificação das receitas provenientes do financiamento de actividades de I&D e das propinas pagas pelos estudantes em todos os ciclos de estudos que frequentam. O financiamento público para acção social indirecta (cantinas, residências e outros serviços sociais) diminuiu de 42 milhões de Euros em 2005 para 38 milhões de Euros em 2010.

Tabela 5.5.6. Receitas das instituições de ensino superior público e financiamento de acção social (milhões de Euro)

Fontes de Financiamento	2005	2006	2007	2008	2009 (2) p	2010 (2) e
1.1. Receitas das instituições de ensino superior público, não incluindo acção social	1 418	1 447	1 420	1 467	1 500	1 609
1.1.1. Financiamento directo do Estado (orçamento de funcionamento)	1 067	1 130	1 041	1 092	1 134	1 234
1.1.2. Financiamento para infra-estruturas	43	27	25	24	23	19
1.1.3. Financiamento I&D e outras receitas (públicas e privadas, incluindo fundos comunitários) (3)	308	289	354	352	343	356
1.2. Financiamento para acção social indirecta (cantinas, residências e outros serviços)	98	92	97	97	90	92
1.2.1. Financiamento do Estado	42	42	41	38	38	38
1.2.2. Outras receitas	56	50	56	59	52	54
1.3. Propinas pagas pelos estudantes (4)	187	212	234	257	278	283
1. Receita total das instituições de ensino superior público (1.1+1.2+1.3)	1 703	1 751	1 751	1 821	1 868	1 984
2. Financiamento do Estado para bolsas de acção social (1)	95	95	117	130	142	160
% (1+2) / PIB (5)	1,17	1,15	1,10	1,13	1,20	1,24

Notas: p – provisório; e – estimado;

(1) inclui estudantes de instituições de ensino superior público e privado;

(2) – inclui estimativa de receitas das Fundações;

(3) inclui 1º ciclo, 2º ciclo e doutoramentos;

(4) inclui financiamento FCT e fundos comunitários;

5) Fonte PIB: INE/Banco de Portugal; MCTES/GPEARI

Fonte: GPEARI, 2011

Meta UE 2020:	
Adultos de 30-34 anos com ensino superior	≥40%
Portugal, 2010:	
	23,5%

DESTAQUES

AVANÇOS

- Alargamento da base social de recrutamento do ensino superior e flexibilização do acesso às formações facilitando a abertura das instituições a novos públicos.
- Generalização da oferta de Cursos de Especialização Tecnológica por instituições do ensino superior, sobretudo no ensino politécnico, tendo registado um crescimento muito significativo nos últimos cinco anos. Os alunos inscritos e diplomados concentram-se nas áreas de Ciências e Engenharias.
- Aumento da oferta e da frequência de cursos, bem como do número de diplomados em formações pós-graduadas de mestrado e doutoramento, apoiado pelo crescimento de bolsas atribuídas.
- Qualificação crescente no decurso da década do corpo docente das instituições de ensino superior com grau académico de doutor, passando de 26,5% em 2001 para 42,6% em 2009.
- Internacionalização das instituições de ensino superior através das parcerias académicas e científicas estabelecidas e do recrutamento de jovens doutorados, nacionais e estrangeiros.

PROBLEMAS E DESAFIOS

- Embora o número de diplomados do ensino superior no grupo etário dos 30-34 anos tenha crescido consideravelmente, passando de 11,3% no início da década para 23,5% em 2010, o afastamento da média europeia (33,6%) é ainda grande constituindo um forte desafio alcançar a meta europeia para 2020 (diplomar pelo menos 40% dos adultos dessa faixa etária), o que exige um esforço continuado de captação de novos públicos e de integração das novas gerações de jovens.
- A reorganização da actual rede de instituições de ensino superior e dos respectivos cursos é imprescindível, de modo a racionalizar a oferta de formação e a necessária articulação e optimização de recursos.
- O processo de avaliação e acreditação das instituições e dos respectivos ciclos de estudos carece de aprofundamento e consolidação, constituindo-se como garante da qualidade da formação existente.
- Importa reforçar a atractividade das formações nas áreas das Artes e Humanidades que registam uma diminuição progressiva das taxas de frequência.
- A monitorização, já em curso, da inserção dos diplomados no mercado de trabalho de acordo com as qualificações obtidas e a sua situação face ao emprego enquanto instrumento de informação para os estudantes e factor de confiança no sistema de ensino superior, exige o envolvimento activo e continuado das respectivas instituições.



6 Formação Contínua

A formação contínua abrange todos os tipos de formação dirigidas a quem deixou a educação formal, em qualquer nível, e entrou na vida activa e/ou assumiu responsabilidades de adulto¹. Assim, incluem-se na *formação contínua** aprendizagens efectuadas em contextos muito diversificados - formais, não-formais e informais, desde os contextos de trabalho aos de participação cívica e de lazer.

As aprendizagens efectuadas fora dos contextos formais de ensino e de formação são, aliás, aquelas que mais propiciam a aquisição de saberes e competências normalmente designados de *soft skills* que, como já se referiu no capítulo 4, são das mais valorizadas pelos empregadores.

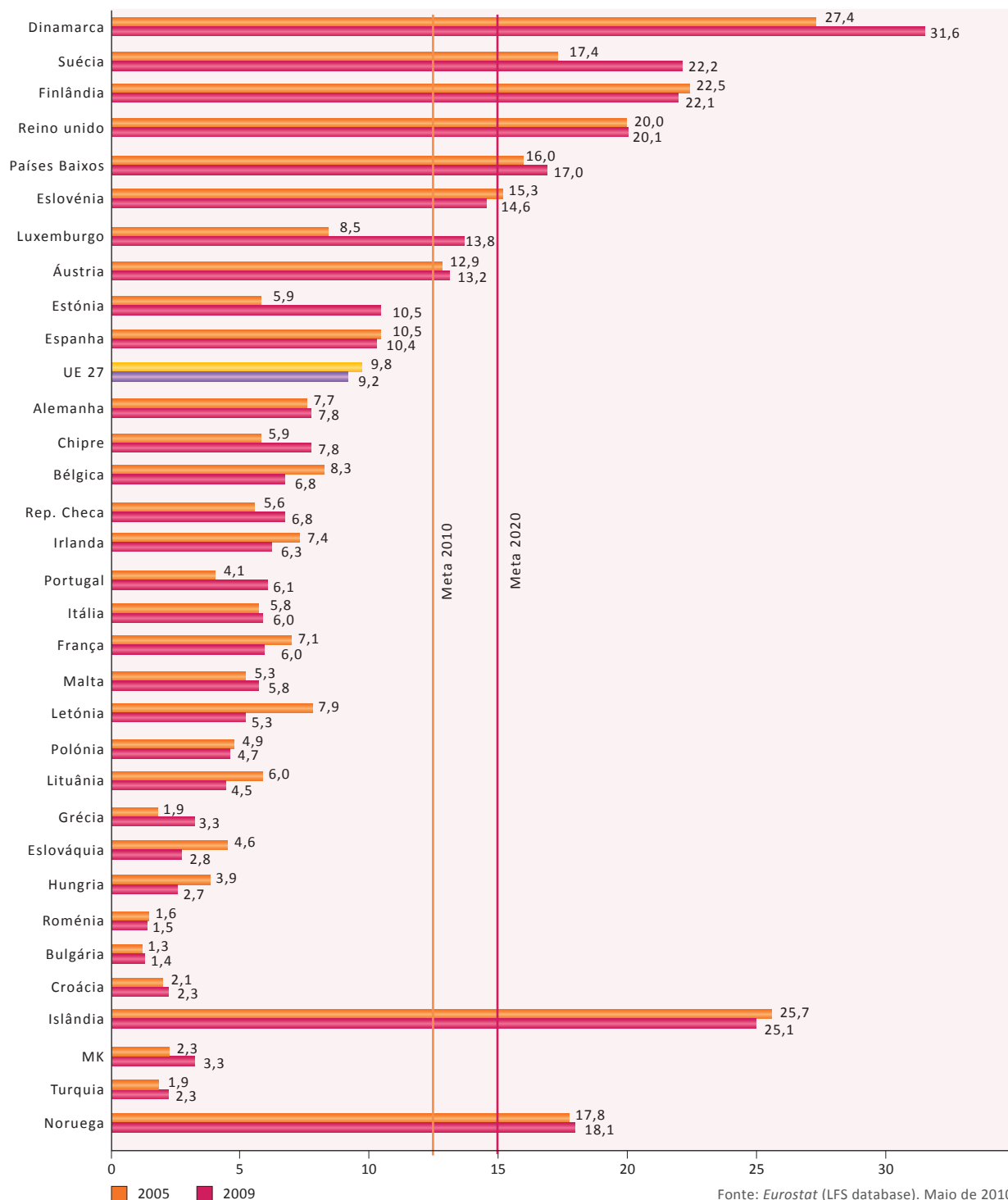
Estão aqui incluídas as aprendizagens efectuadas através da participação em actividades como os desportos, sobretudo os federados, o voluntariado, a assunção de responsabilidades em campos de férias, a participação activa em colectividades ou associações de vária natureza, entre outras.

Não sendo possível incluir neste relatório todas as dimensões que o conceito de formação contínua abarca, optámos por abordar em 2011 apenas os aspectos que se reportam à *formação profissional contínua**, tendo em consideração a sua relação intrínseca com o tema do ano: a qualificação dos portugueses.

O relatório da Comissão Europeia (2011) assinala que, em Portugal (Figura 6.1.), a participação dos indivíduos entre os 25 e os 64 anos em actividades de aprendizagem ao longo da vida foi, em 2009, de 6,1% do total de pessoas dessa faixa etária. Este valor, embora represente uma subida de dois pp relativamente ao ano de 2005, deixa-nos ainda muito longe das metas a atingir em 2020 ($\geq 15\%$). Acresce que quanto menor é o nível de escolaridade dos indivíduos, menor é, também, a sua mobilização para se envolverem em actividades de aprendizagem.

¹ In: Terminologia da Formação Profissional, alguns conceitos base III. CIME. 2001

Figura 6.1. População adulta entre os 25 e os 64 anos (%), que participa em actividades de educação e formação (2009)¹



1 Este indicador refere-se às pessoas com idades entre os 25 e os 64 anos, que afirmaram ter participado em actividades de educação e formação nas quatro semanas anteriores à realização do inquérito, por relação ao total da população do mesmo grupo etário.

6.1. Envolvimento das empresas na qualificação profissional dos seus trabalhadores

A educação e a formação profissional constituem factores essenciais para o desenvolvimento do capital humano, da empregabilidade e da competitividade do país, sendo as empresas um dos principais instrumentos da sua sustentação.

Assim, importa conhecer o seu envolvimento na formação dos seus colaboradores e o valor que lhe atribuem.

Para este efeito recorreremos à informação disponível, fundamentalmente, em duas fontes:

- *Inquérito ao impacte das acções de formação profissional nas empresas, 2005 – 2007* Gabinete de Estratégia e Planeamento, do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social;
- Relatório de Execução do POPH de 2009.

O Código do Trabalho e a Lei nº 35/2004 que o veio regulamentar estipulam, para os trabalhadores efectivos, o dever de *formação certificada**, que deve ser cumprido anualmente e que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, deve corresponder a 35 horas por trabalhador estando, no entanto, o empregador obrigado a abranger anualmente apenas 10% do total dos seus colaboradores.

No caso dos trabalhadores menores sem a escolaridade mínima obrigatória ou sem qualificação profissional, o empregador é obrigado a afectar 40% do tempo de trabalho para formação, sendo que os que não possuem a escolaridade obrigatória têm de frequentar um estabelecimento de ensino, em acumulação com o exercício profissional.

Relativamente ao triénio 2005 – 2007, verificou-se que 41,3% das empresas com 10 ou mais pessoas ao serviço proporcionaram cursos de formação aos seus colaboradores, durante o tempo de trabalho remunerado, sendo essa formação mais frequente nas empresas de maior dimensão, conforme se apresenta na Figura 6.1.1.

A área de formação com o número de horas de formação mais elevado foi, nos três anos em análise pelo Inquérito, a do Desenvolvimento Pessoal e Enquadramento na Organização/Empresa, com mais de 20% do total de horas. Pelo contrário, as áreas de Serviços e Línguas apresentam, em termos relativos, uma expressão reduzida (Figura 6.1.2.).

Figura 6.1.1. Empresas que realizaram cursos de formação profissional no triénio de 2005-2007, por escalão de dimensão

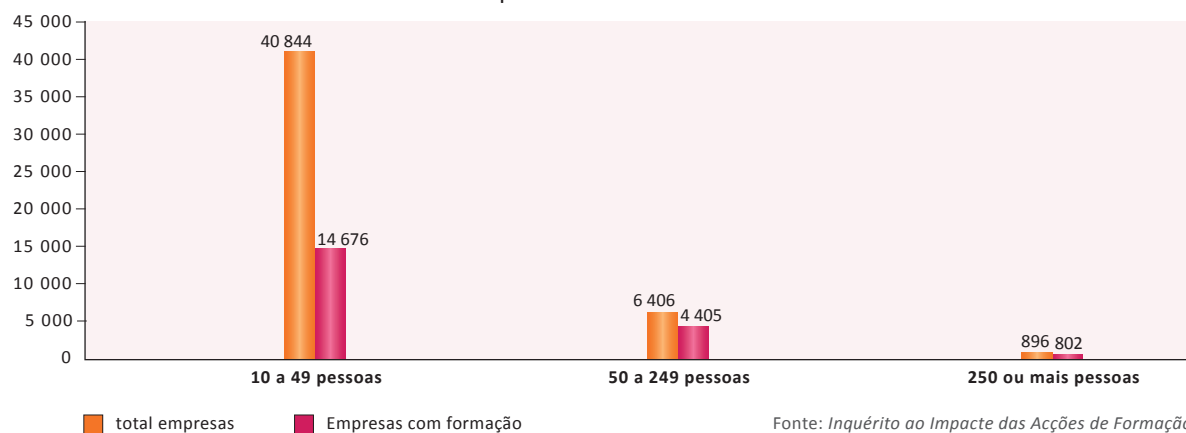
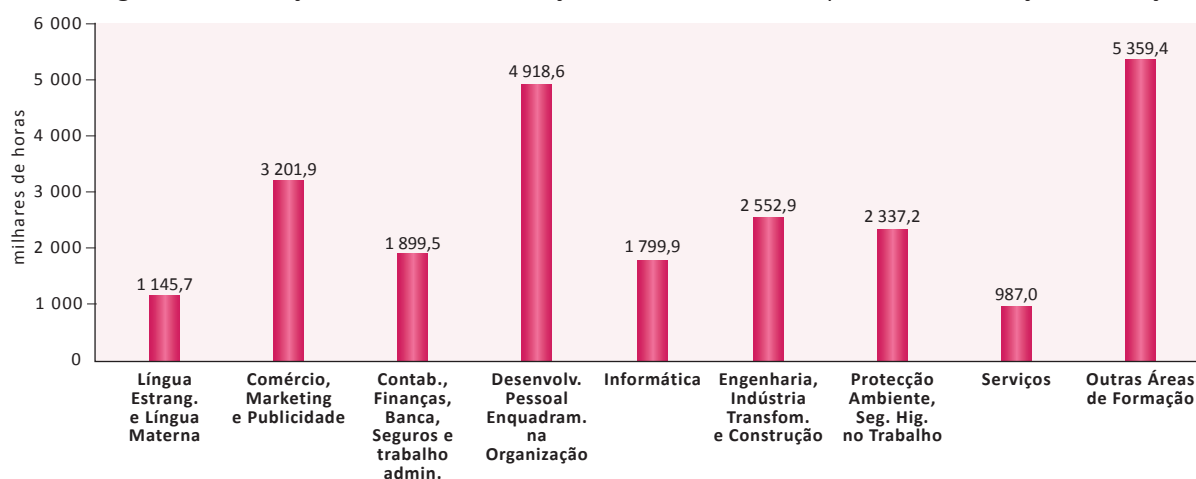


Figura 6.1.2. Duração dos cursos de formação, realizados em 2007, por área de educação e formação



6.2. Acesso e duração da formação profissional promovida pelas empresas

Os cursos efectuados abrangeram um número crescente de trabalhadores ao longo do triénio, passando a taxa de acesso a *cursos de formação profissional** de 29,6% em 2005, para 33,3% em 2006 e a 37,3% em 2007 (Tabela 6.2.1.).

As áreas económicas que maior peso têm em termos de taxa de realização de cursos são as de electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio, seguidas das actividades financeiras e de seguros.

Ao longo dos três anos (2005-2007), abrangidos pelo estudo do GEP verificou-se um crescimento acentuado do número de pessoas envolvidas: 588 693, no primeiro ano, 700 914 no ano seguinte e 837 201 no último ano (Tabela 6.2.a., em anexo estatístico).

A duração média dos cursos de formação profissional foi de 28,1 horas por participante, em 2005, de 29,4 horas em 2006 e 28,9 horas em 2007 (Tabela 6.2.2.). Não atingindo nunca o número de horas de formação por trabalhador estipulado no Código

do Trabalho, foi no ano de 2006 – ano em que o número de horas de formação, por trabalhador, por ano, subiu para as 35 horas – que a duração média dos cursos foi mais elevada.

Segundo a mesma fonte, as empresas que investiram em formação para os respectivos colaboradores, entre 2005 e 2007, referiram que, durante esse período, se verificou uma maior adaptação dos trabalhadores às exigências do posto de trabalho, maior qualidade dos bens e serviços produzidos e um aumento da satisfação dos clientes.

Tabela 6.2.1. Taxa de acesso a cursos de formação profissional, por actividade económica e escalão de dimensão. Continente

	10 - 49 pessoas			50 - 249 pessoas			250 ou mais pessoas			Total		
	2005	2006	2007	2005	2006	2007	2005	2006	2007	2005	2006	2007
B - Indústrias extractivas	6,4	15,3	19,3	28,8	33,4	41,6	63,2	81,8	67,7	18,2	26,9	30,8
C - Ind. transformadoras	14,1	15,4	17,1	29,7	31,5	36,4	51,0	56,2	61,4	29,3	31,6	35,1
D - Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	45,9	52,9	52,9	71,5	75,8	72,8	68,1	93,8	95,0	67,4	90,4	90,8
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	43,6	48,8	51,4	52,6	62,5	57,5	39,1	51,1	62,5	47,5	56,2	56,2
F - Construção	11,5	11,5	14,0	30,5	31,5	34,9	42,1	46,4	55,3	21,6	22,7	26,3
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	18,6	22,6	26,0	38,8	44,1	49,7	71,7	75,5	82,2	39,7	44,2	50,2
H - Transportes e armazenagem	12,0	17,5	24,3	29,1	28,4	40,4	45,4	53,7	63,4	35,4	40,7	49,4
I - Alojamento, restauração e similares	16,9	23,2	27,6	23,2	33,3	42,9	53,8	65,7	68,9	26,2	34,3	39,4
J - Actividades de informação e de comunicação	15,9	16,7	26,2	36,0	38,2	44,2	52,1	69,1	72,5	38,9	46,9	52,6
K - Actividades financeiras e de seguros	32,0	35,5	44,0	47,9	57,4	63,6	66,6	77,5	80,3	60,2	70,0	73,8
L - Actividades imobiliárias	19,6	28,2	30,7	29,6	33,9	38,4	-	-	-	23,8	30,5	33,5
M - Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	27,2	30,5	28,9	43,7	48,4	55,2	61,2	75,7	67,1	39,1	45,4	46,2
N - Actividades administrativas e dos serviços de apoio	13,4	17,6	23,7	29,5	36,3	39,4	16,4	19,1	21,6	19,2	23,0	25,6
P - Educação	10,6	10,4	13,0	25,2	26,1	28,4	25,7	29,5	29,4	17,9	18,6	20,8
Q - Actividades de saúde humana e apoio social	12,7	12,2	16,5	14,2	17,5	21,7	22,8	27,1	26,0	15,7	17,8	20,8
R - Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	6,4	9,6	12,7	18,2	17,5	19,9	37,9	32,7	53,4	14,8	15,4	19,8
S - Outras actividades de serviços	30,4	35,3	33,5	24,8	28,1	35,6	21,0	33,8	36,0	25,4	32,4	34,9
Total	15,3	17,5	20,4	30,1	33,4	38,4	45,3	51,1	55,2	29,6	33,3	37,3

Fonte: Inquérito ao Impacte das Acções de Formação Profissional nas Empresas 2005-2007. GEP,2009

Tabela 6.2.2. Média de horas de formação profissional por participante, por escalão de dimensão da empresa. Continente

10 - 49 pessoas			50 - 249 pessoas			250 ou mais pessoas			Total		
2005	2006	2007	2005	2006	2007	2005	2006	2007	2005	2006	2007
26,7	21,6	20,9	21,4	24,2	26,6	32,5	35,5	33,7	28,1	29,4	28,9

Fonte: Inquérito ao Impacte das Acções de Formação Profissional nas Empresas 2005-2007. GEP,2009

6.3. Desenvolvimento de qualificações para activos no âmbito do POPH

Segundo o relatório de execução do POPH de 2009, *“em termos de capital humano a execução de 2009 abrangeu 1 727 687 participantes em vários tipos de intervenção, destacando-se 995 444 no eixo 2 – Adaptabilidade e aprendizagem ao longo da vida e 226 279 no eixo 3 – Gestão e aperfeiçoamento profissional, em que a preponderância recai no grupo alvo dos empregados”* (p.7). Estes dados não incluem as regiões do Algarve e de Lisboa que têm eixos de intervenção próprios (eixos 8 e 9).

A participação em acções de formação (Tabela 6.3.1.) regista um aumento muito significativo do número de participantes entre 2008 e 2009. Assinala-se, também, que as acções que registam maior número de participantes são as formações modulares certificadas e as realizadas em CNO.

De acordo com a mesma fonte, se considerarmos a situação dos participantes face ao emprego, verifica-se que a maioria dos participantes nestas acções, cerca de 70%, são empregados.

Embora a participação da população empregada no conjunto destas acções de formação não seja, necessariamente, uma consequência directa da acção das entidades empregadoras (à excepção das acções do eixo 3 e similares), ela parece reflectir uma consciência crescente da importância do aumento das qualificações da população para o crescimento da competitividade e da economia por parte de diversos sectores sociais.

Tabela 6.3.1. Participantes abrangidos (n.º) em acções dos eixos 2, 3, 8 e 9 do POPH

Tipo de acções	Regiões	2008	2009
Nº de abrangidos em CNO	Norte, Centro e Alentejo	199 670	372 601
	Algarve	8 070	19 407
	Lisboa	35 784	112 123
	Total	243 524	504 131
Nº de abrangidos em cursos EFA	Norte, Centro e Alentejo	36 877	60 578
	Algarve	985	807
	Lisboa	1 785	2 848
	Total	39 647	64 223
Nº de abrangidos em formações modulares certificadas	Norte, Centro e Alentejo	131 651	562 265
	Algarve	6 407	13 225
	Lisboa	4 771	28 101
	Total	142 829	603 591
Nº de activos abrangidos em acções de formação para a inovação e gestão	Norte, Centro e Alentejo	42 017	77 161
	Algarve	1 794	4 330
	Lisboa	2 255	14 807
	Total	46 066	96 298
Nº de activos abrangidos em acções de formação para a inovação e gestão na administração pública	Norte, Centro e Alentejo	15 495	91 698
	Algarve	173	2 542
	Lisboa	3 525	24 627
	Total	19 193	118 867

Fonte: *Relatório Anual de Execução 2009*.
POPH - Programa Operacional Potencial Humano, 2010

Meta OEI 2021:

Participação de jovens e adultos em actividades de formação **20%**

Meta UE 2020:

Participação de adultos (25-64 anos) na aprendizagem ao longo da vida **≥15%**

Portugal, 2009:

Participação de adultos (25-64 anos) na aprendizagem ao longo da vida **6,1%**

DESTAQUES

AVANÇOS

- Subida de 2pp da taxa de participação dos indivíduos entre os 25 e os 64 anos em actividades de aprendizagem ao longo da vida, entre 2005 e 2009.
- Aumento da taxa de acesso dos activos empregados a cursos de formação entre 2005 e 2009, passando de 29,6% para 37,3%.

PROBLEMAS E DESAFIOS

- Grande distância de Portugal relativamente às metas estabelecidas pela União Europeia para 2020, no que se refere à participação de jovens e adultos em actividades de aprendizagem ao longo da vida.
- Não cumprimento do estipulado no Código do Trabalho relativamente ao número mínimo de horas de formação, por ano, a que os trabalhadores têm direito.